

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Fernanda Tavares Bittencourt de Castro

**O INDIVÍDUO E A ORDEM SOCIAL DO MERCADO:
Reflexões sobre a construção dos sujeitos na história do
pensamento econômico liberal**

RIO DE JANEIRO

2022

Fernanda Tavares Bittencourt de Castro

O INDIVÍDUO E A ORDEM SOCIAL DO MERCADO:

Reflexões sobre a construção dos sujeitos na história do pensamento econômico
liberal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientadora: Professora Dra. Angela Ganem

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

C355i Castro, Fernanda Tavares Bittencourt de
O indivíduo e a ordem social do mercado:
reflexões sobre a construção dos sujeitos na história
do pensamento econômico liberal / Fernanda Tavares
Bittencourt de Castro. -- Rio de Janeiro, 2022.
52 f.

Orientadora: Angela Ganem.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

1. História do Pensamento Econômico. 2. Filosofia
Econômica. 3. Economia Política. 4. Teoria Econômica.
I. Ganem, Angela, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FERNANDA TAVARES BITTENCOURT DE CASTRO

O INDIVÍDUO E A ORDEM SOCIAL DO MERCADO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO
DOS SUJEITOS NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO LIBERAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2022.

ANGELA GANEM - Presidente

Professora Dra. Colaboradora do Instituto de Economia da UFRJ

GALENO TINOCO FERRAZ FILHO

Professor Me.do Instituto de Economia

CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA

Professora Dra. do Instituto Três Rios da UFRRJ

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

Dedico este trabalho à Luisa, ao Marcelo e à Lara, pela sorte de tê-los como família.

Dedico também a um “eu”, que tanto duvidou da própria capacidade de realizar esta entrega e de quem hoje me despeço, um tanto grata por, mesmo sob dúvidas e medos, ter persistido.

AGRADECIMENTOS

Concedo não só esse espaço pré-textual, mas também a totalidade deste trabalho e da minha formação, ao reconhecimento e à gratidão de ser/estar em um país que atesta constitucionalmente o acesso à educação como um direito universal sob a responsabilidade do Estado. E, nesse sentido, agradeço imensamente à sociedade brasileira, no seu caráter de pilar fundamental à sustentação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela oportunidade concedida a mim nesses anos de graduação em uma universidade pública, gratuita e de excelência reconhecida internacionalmente.

Agradeço especificamente à UFRJ – em sua totalidade humana e material – por ter possibilitado o meu encontro com um corpo técnico, docente e discente que permitiu que minha formação acadêmica e profissional fosse extremamente rica e completa, mas principalmente que não fosse restrita ao campo intelectual. Agradeço pela estrutura física e material que, não só foram importantes para amparar as condições do meu estudo, mas também tiveram a importância de uma segunda casa e um ambiente acolhedor em meio aos desafios de sair da casa dos meus pais e me mudar para o Rio de Janeiro. Me faltam palavras para agradecer pelo desenvolvimento pessoal que os encontros nesse espaço físico ao longo dos últimos anos me proporcionaram e pelas lembranças e aprendizados que não vão me acompanhar por todos os novos ciclos que virão.

Aos professores do Instituto de Economia, que foram meus modelos e incentivadores ao longo do curso, devo muito mais do que o conhecimento que comigo compartilharam. Quero agradecer aqui em especial à professora Angela Ganem, minha orientadora neste trabalho. Agradeço a ela pela matéria de Economia e Filosofia que permaneceu como a minha preferida em todos os anos da minha graduação e que me apresentou a potência de explorar a economia de forma interdisciplinar. Mas principalmente, agradeço o acolhimento (e paciência) nessa reta final que foi desafiadora por tantos motivos. Sem a inspiração e a identificação que as leituras dos seus trabalhos me despertaram e sem o seu apoio, correções, confiança e orientação ao longo do meu processo caótico de pesquisa e escrita, este trabalho não teria sido possível.

Agradeço aqui também aos professores que tive em todo o período da minha formação escolar antes de ingressar na universidade e que certamente foram os primeiros responsáveis pela admiração que nutro desde muito cedo pela profissão que se dedica a compartilhar e multiplicar saberes.

Aos meus pais e à minha irmã – aos quais dedico o resultado deste trabalho –, todo o meu carinho por serem minha fonte incondicional e ilimitada de tranquilidade e de apoio a todo e qualquer momento. Devo todas as minhas conquistas a eles, e a conclusão dessa etapa tão significativa para mim não seria diferente. Apesar do meu gosto por me expressar pelas palavras, a escrita se revela insuficiente nesse caso, e me conforto em saber que terei uma vida inteira para continuar na tentativa de traduzir esse amor e gratidão imensuráveis.

Ao Paulo Guilherme, tão querido por mim, agradeço por ter equilibrado a balança – confiando em mim nos momentos em que eu mesma desconfiava. Ao Marcello, agradeço por me auxiliar a desconfiar menos e escrever mais. À Juliana, que esteve comigo em tantas fases, agradeço por me encorajar sempre.

Por fim, agradeço a todos aqueles que me concederam tão estimadas amizades ao longo dos últimos anos. Em especial aos que conheci nos espaços da universidade e que povoam todas as lembranças dessa etapa tão marcante que agora concluo, mas estendo minha gratidão também aos que me acompanham desde muito antes. Não mencionarei os nomes porque o meu desejo era o de incluir aqui todos, sem qualquer exceção, que me foram tão essenciais durante essa jornada – cada um à sua maneira e no seu tempo. A todos estes, não só a gratidão pelas ricas trocas, mas também muito do meu amor.

Agradeço de antemão a atenção e tempo empregados por aqueles que venham a se tornar leitores deste trabalho.

RESUMO

Motivada pela constatação da predominância de comportamentos individualistas – mesmo sob circunstâncias em que o individualismo pode representar claramente uma postura irracional e um risco à vida e ao bem-estar coletivo, como visto na pandemia viral do COVID-19 –, proponho neste trabalho investigar a possibilidade de estabelecer uma relação entre este padrão de conduta social e a trajetória histórica do pensamento econômico liberal. O recorte histórico é delimitado pelo caminho teórico iniciado em Adam Smith no século XVIII com o nascimento da Economia Política vinculada à Filosofia Moral; passando pelos principais autores da Revolução Marginalista do século XIX e sua defesa do indivíduo, este sob o ideal da racionalidade instrumental, e da concorrência como postulados da teoria neoclássica; para então, tratar o pensamento propagado por Hayek no século XX e chegar ao reconhecimento do indivíduo no século XXI marcadamente egoísta e da idealização da concorrência como uma configuração natural. As concepções de indivíduo, que amparam as teorias apresentadas, servirão ao encadeamento da reflexão proposta. Por tratar de um período extenso e de um objeto de estudo que envolve diversas ciências sociais para além da Economia, o presente trabalho se pretende não como desenvolvimento de conclusões, mas como acréscimo introdutório às possibilidades de leituras dispostas a fomentar este debate.

Palavras-chave: Individualismo; História do Pensamento Econômico; Economia Política; Filosofia Econômica.

ABSTRACT

Motivated by the verification of a predominance of individualistic behavior - even under circumstances in which individualism can clearly represent an unreasonable attitude and a risk to life and collective welfare, as seen in the viral pandemic of COVID-19 -, in this paper I aim to investigate the possibility of establishing a connection between this pattern of social behavior and the historical path of liberal economic thought. The historical approach is delimited by the theoretical path that began with Adam Smith in the 18th century and the birth of Political Economy linked to Moral Philosophy; passing through the main authors of the Marginal Revolution of the 19th century and their focus on the individual, the ideal of instrumental rationality, and competition as the cornerstones of the neoclassical theory; then, we will discuss the thought promoted by Hayek in the 20th century in order to get to the acknowledgment of the individuals in the 21st century and the idealization of competition as a natural setting. The different conceptions of the individual, which support the presented theories, will guide the proposed discussion. Since it covers an extensive period of time and a subject of study that also involves several social sciences besides economics, this paper is not meant to be conclusive, but rather an introductory contribution to the range of interpretations willing to promote this debate.

Key words: Individualism; History of Economic Thought; Political Economy; Philosophy and economics.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – Adam Smith e o sujeito simpático	13
1.1 Contexto histórico	13
1.2 A Teoria dos sentimentos morais e o elo fundamental entre a economia e a filosofia moral	15
1.3 A Riqueza das nações e o nascimento da Economia Política Clássica	20
1.4 O sujeito simpático smithiano	24
CAPÍTULO 2 – A Revolução Marginalista e o homem econômico racional	27
2.1 Contexto histórico	28
2.2 A Revolução Marginalista e o nascimento da teoria neoclássica	29
2.3 O homem econômico racional	33
CAPÍTULO 3 – A defesa ultraliberal do mercado e o indivíduo pós-moderno	35
3.1 O alcance do discurso de Hayek	36
3.2 O indivíduo pós-moderno sob os imperativos de uma economia reduzida à lógica do mercado	40
Considerações finais	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

Iniciada em 2020, a grave pandemia viral do COVID-19, que nos forçou a buscar o isolamento e o distanciamento social como formas de preservação da saúde e da vida, obrigou também a elaboração do confronto desse novo contexto e dessas novas necessidades com a bagagem teórica do estudo das ciências econômicas. Nesse sentido, surgiu a necessidade de reflexões que fossem além do que seria esperado, como os impactos de natureza estritamente econômica e/ou financeira desse momento de tantas mudanças e incertezas ou tentativas de prever as “reações do mercado” a esses novos acontecimentos.

O advento dessas circunstâncias tão críticas – e, de certa forma, inéditas – evidenciou a urgência de se questionar interpretações reducionistas e amplamente difundidas das teorias econômicas. Isso porque, mesmo em uma situação de extremo risco, foi possível observar a forte presença de um individualismo exacerbado que qualifica ações voltadas à preservação do bem-estar comum como mecanismos de privação e violação das liberdades individuais. Somado a isso, ficou também evidente um padrão social que interpreta “coletivo” e “individual” como opostos inconciliáveis e que se nega a reconhecer a interdependência entre os indivíduos de uma mesma sociedade.

Em um contexto de isolamento físico, veio à tona o quanto os indivíduos se enxergam isolados de qualquer configuração coletiva ou perspectiva de conciliação entre seus ideais de liberdade individual e a possibilidade de se preocuparem com o outro. Para além disso, chama atenção o fato de que esse individualismo costuma estar amparado no debate social e político sob a máscara de um comportamento “racional” dentro da lógica atrelada às teorias econômicas legitimadoras da ordem do mercado capitalista.

A motivação deste trabalho é, portanto, buscar, na trajetória histórica do pensamento econômico, o papel das teorias econômicas liberais na construção do perfil individualista que prevalece hoje e, na análise dos desdobramentos realizados no desenvolvimento destas correntes de pensamento, a legitimação destes traços sociais e psicológicos do indivíduo atual: egoísta, narcisista, consumista e com dificuldades cada vez maiores de lidar com suas próprias subjetividades e com as interações com o outro.

Tendo em vista que a defesa da ordem do mercado e a primazia do indivíduo constituem o fio condutor comum entre as teorias econômicas da ordem liberal, o trabalho será desenvolvido sobre estas duas bases. Será necessário entender qual concepção de indivíduo precisou ser construída em cada uma das teorias abordadas antes de apresentar o sujeito pós-moderno marcado por suas vulnerabilidades e profunda relação com a lógica do mercado.

A linha de raciocínio adotada aqui é a de resgate do sujeito simpático smithiano, tendo Adam Smith como pioneiro na elaboração de uma teoria do mercado como ordem social, ao mesmo tempo em que se dará a devida importância ao seu trabalho na filosofia moral e à ligação entre seus dois principais livros – Teoria dos Sentimentos Morais e a Riqueza das Nações. O objetivo do primeiro capítulo será, deste modo, entender a interpretação de Smith sobre os comportamentos individuais e o papel que a moralidade exerce em sua teoria social, para só então observar o que o autor elaborou sobre o funcionamento do mercado. Esta transição é estabelecida sob a compreensão de que o indivíduo que participa de sua teoria do mercado é o indivíduo apresentado previamente em sua filosofia moral, identificado em ambos os trabalhos como o ponto de partida para a compreensão do todo social.

No capítulo seguinte, será relevante analisar as mudanças instauradas pela Revolução Marginalista – tendo Walras como seu expositor mais emblemático –, em que a economia se direciona para o campo das ciências exatas e se submete à exigência de um indivíduo compatível às abstrações dos modelos matemáticos: o Homem Econômico Racional. Seguindo a mesma abordagem em todo o trabalho, será necessário entender tanto a teoria neoclássica do mercado, quanto a concepção de indivíduo que a sustenta. O foco da análise sobre o programa neoclássico será seu valor simbólico como inauguração de uma nova metodologia nas ciências econômicas, na qual se privilegia a instrumentalização matemática em detrimento das análises no campo da Economia Política e dos diálogos com as demais ciências humanas, consciente de que esse novo padrão representa um imperativo de abstração e distanciamento entre a análise econômica e o mundo real.

Por fim, no capítulo três, a pós-modernidade será introduzida pelo discurso econômico de Hayek, enquanto relevante expositor da defesa ultraliberal do mercado. A exposição da teoria deste autor será um pouco mais breve, o que é justificado pela atualidade de suas elaborações e a lógica hegemônica do período atual. Desse modo, será explicitado o aspecto histórico e cultural deste período considerado ao mesmo tempo em que será analisado o sujeito

pertencente a este recorte. Neste último tópico, não se trata mais de uma conceituação sobre o indivíduo como ponto de partida para uma teoria econômica, mas sim uma análise do indivíduo real a partir de leituras majoritariamente sociológicas e filosóficas. Ao sublinhar aspectos relacionados ao consumismo, ao narcisismo, ao condicionamento das relações à lógica concorrencial, à noção da sociedade do espetáculo e ao culto da imagem, pretende-se recuperar a interdisciplinaridade potencializadora das ciências econômicas e estabelecer relações entre este sujeito e o mercado defendido nos tópicos anteriores.

Pode-se dizer, portanto, que este trabalho pretende fazer um recorte na História do Pensamento Econômico – com algumas observações especificamente voltadas às concepções de indivíduo que cada teoria e momento histórico pressupõem – de modo a destacar os princípios liberais de Adam Smith e sua concepção de ordem natural do mercado, a defesa da Razão Instrumental pela teoria neoclássica e o desenvolvimento de uma ordem racional do mercado e a cosmovisão de Hayek e sua hipótese de uma ordem espontânea do mercado. Estes serão os pontos fundamentais a contrastar com o mercado e o indivíduo pós-modernos, relacionando assim a trajetória teórica da economia liberal estruturada sobre o indivíduo às concepções do individualismo hoje – não mais sob o caráter de metodologia, e sim como comportamento social.

Por abordar um período extenso e um objeto de estudo que envolve diversas ciências sociais para além da Economia, o presente trabalho se pretende não como desenvolvimento de conclusões, mas como acréscimo introdutório às possibilidades de leituras dispostas a fomentar este debate e como exposição em defesa de uma ciência econômica interdisciplinar.

CAPÍTULO 1

ADAM SMITH E O SUJEITO SIMPÁTICO

“Esta ideia da economia como redução, delimitando seu domínio próprio, é cega da verdadeira contribuição de Adam Smith”

(DUPUY, 1992, apud GANEM, 2000, p. 25)

Não é incomum enxergar Adam Smith e seu trabalho como o ponto de origem do que se entende hoje por ciência econômica, e é, não por outro motivo, que esta pesquisa se inicia pela análise do que foi desenvolvido por esse autor. Vale pontuar que Smith, por mais que bem conhecido como um dos maiores teóricos do liberalismo econômico, foi na verdade professor universitário de filosofia moral e, ao compreender a Economia Política como um ramo desse saber, estabeleceu uma relação profunda entre as bases da teoria econômica e o campo de estudo da filosofia moral (BIANCHI e SANTOS, 2005; GANEM, 2002, 2019).

Tendo o foco nas obras Teoria dos Sentimentos Morais (1759) e A Riqueza das Nações (1776), esta análise parte do entendimento de que não há uma ruptura entre esses dois grandes livros, e sim uma continuidade (CERQUEIRA, 2008; BIANCHI e SANTOS, 2005; GANEM, 2002). E, a fim de perseguir o objetivo de analisar a conceituação sobre o indivíduo ao longo da história do pensamento econômico liberal, é necessário introduzir o sujeito na concepção smithiana, apresentado pela primeira vez na TSM.

Historicamente, foram diversas as interpretações acerca do sujeito descrito por Smith e essas se transformaram em pontos de partida para os desenvolvimentos teóricos posteriores a respeito do mesmo desafio de conceituação. Além disso, a partir do autor escocês, pretende-se dar abertura para destacar também essa relação – que ora se expõe, ora se esconde – entre economia e moral.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Em concordância com a proposição de Ana Maria Bianchi (1988, p. 35) de que não se pode interpretar um pensamento “acima das profundas transformações políticas, econômicas e sociais” do período em que este se desenvolve, é relevante destacar também em que circunstâncias históricas Smith está inserido, bem como de quais diálogos ele participa e quais heranças intelectuais influenciam suas ideias. Nesse sentido, evidencia-se que o indivíduo

smithiano é produto de um momento e um movimento de busca por explicações da ordem física e social estruturadas para além do que se tinha respaldado por dogmas de fé e crenças no divino (GANEM, 2019).

Neste sentido, levar em consideração pontos fundamentais da modernidade é entender Adam Smith como parte de um período histórico em que o teocentrismo dá lugar ao antropocentrismo; em que o indivíduo passa a ser a medida e o ponto de partida para todo e qualquer conhecimento; em que – sob os novos paradigmas instaurados pela Revolução Científica Moderna – a física passa a ser traduzida em linguagem matemática; em que empiristas e racionalistas disputam a dimensão epistemológica da filosofia; em que o antigo perde espaço para o novo através do ideal de progresso; em que se destitui da Igreja o monopólio do saber; e em que se busca entender a ordem social como uma consequência da natureza humana e da interação entre os indivíduos, que, por sua vez, se tornam também objeto de pesquisa (BIANCHI, 1988; MARCONDES, 1997b).

Smith é, além de filósofo moral da modernidade, reconhecido principalmente como um importante nome do século XVIII – ou o Século das Luzes – e, destacar aqui a relevância do autor como um símbolo do Iluminismo é fundamental para a percepção do alinhamento entre as suas ideias e o seu período histórico, tendo em vista que os principais pilares da filosofia iluminista são a defesa da liberdade, do individualismo (no sentido de autonomia, consciência e capacidade de autodeterminação) e da igualdade jurídica – todos sempre amparados por noções de direitos naturais, progresso e racionalidade (MARCONDES, 1997a). É também pertinente mencionar que, conforme explicitado por Bianchi e Santos (2005, p. 12), “Smith escreveu na época da Revolução Industrial e viveu as revoluções liberais Americana e Francesa, de modo que tanto a industrialização como o liberalismo são elementos bastante presentes em seu pensamento”.

Acrescentando mais um aspecto da influência do contexto histórico sobre ele, destaca-se uma particular complexidade na compreensão deste autor associada ao fato de que ele não esconde em seus tratados os seus próprios ideais religiosos, ao mesmo tempo em que faz parte do movimento de ruptura da filosofia e do conhecimento com a tradição religiosa. O tom de otimismo identificado em sua obra é melhor justificado pela crença tipicamente iluminista no progresso da humanidade do que pela harmonia entre seu desenvolvimento teórico e sua fé pessoal (BIANCHI, 1988; BIANCHI e SANTOS, 2005). Citando o que foi defendido por

Macfie (1967), Cerqueira reforça que os argumentos fundados na vontade divina e em crenças sobre a existência de uma força universal são utilizados apenas como complementos às explicações fundadas nas observações acerca da natureza humana. Ele destaca que “as passagens em que Smith refere-se à Providência estão geralmente desconectadas do argumento principal de sua filosofia moral – a saber, o argumento sobre a simpatia e o espectador imparcial” (CERQUEIRA, 2008, p. 73), que serão aprofundados no próximo tópico deste trabalho.

Identificado com o realismo herdado de Maquiavel, Adam Smith busca uma compreensão do sujeito pelo que ele é e não pelo que deveria ser. Ele rejeita o racionalismo demasiado como método e se alinha aos princípios empiristas, o que significa que não busca compreender racionalmente o indivíduo, e sim através da observação e interpretação baseadas na experiência concreta, observando um sujeito constituído tanto de razão quanto de paixões e que se encontra sob constante influência de ambos. Como menciona Ganem (2002, p. 106), “o empirismo, tal qual foi concebido pelos modernos, recupera a historicidade dos sujeitos e as sensações como fonte de conhecimento e fonte sábia da ação humana”.

Bem como essas particularidades do autor e da conjuntura em que a TSM e a RN estão inseridas, é também valoroso situar as propostas smithianas em relação a outros pensadores relevantes que exploravam os mesmos campos de conhecimento. Em todo o trabalho, mas especialmente nesse ponto, é evidente que a escolha desses pensadores - em meio a tantos nomes com os quais se poderia estabelecer um rico diálogo – é aqui arbitrária. Tendo isso claro, para melhor corresponder ao que este trabalho se propõe explorar, e seguindo a mesma proposta de Bianchi e Santos (2005), serão apresentados apenas dois nomes ao longo do primeiro capítulo: David Hume e Bernard Mandeville. O primeiro, como influência enquanto seu professor e colega – inclusive mencionado pelo próprio autor ao longo de seus escritos. O segundo, como expositor da concepção de que vícios privados geram benefícios públicos, e com o qual será estabelecido um contraponto a partir de Smith.

1.2 A TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS E O ELO FUNDAMENTAL ENTRE A ECONOMIA E A FILOSOFIA MORAL

Apesar de a publicação de *A Riqueza das nações* ser símbolo de um – na expressão empregada por Bianchi (1988, p. 40) – “atestado de nascimento da ciência econômica”, é

imprescindível compreender que o autor do dito atestado já havia iniciado suas proposições muitos anos antes com sua Teoria dos Sentimentos Morais. É nesta obra que Smith apresenta pela primeira vez sua elaboração sobre os sujeitos que participarão como agentes em sua posterior teoria sobre mercados, buscando construir assim sua “teoria geral da moral da política e da sociedade assentadas em bases empíricas” (GANEM, 2002, p. 107).

Alinhado às preocupações dos demais iluministas escoceses no campo da filosofia moral, Smith também explorou as investigações sobre como conhecer e definir “o modo moralmente correto de agir” (CERQUEIRA, 2008, p. 60). Neste intuito e através de sua consideração a respeito da razão e da paixão, enquanto uma atuação em conjunto sobre os sujeitos, o filósofo escocês defende que o processo de acepção do certo e do errado é antes fruto de um sentimento imediato do que de um processo de análise racional. E este sentimento imediato, por sua vez, é justificado por um de seus conceitos explicativos fundamentais: a simpatia.

Nas palavras do próprio autor, “Simpatia, embora talvez originalmente sua significação fosse a mesma, pode agora ser usada, sem grande impropriedade, para denotar nossa solidariedade com qualquer paixão” (SMITH, 1759, p. 100). Tendo a simpatia como instrumento determinante na construção da moralidade smithiana, observa-se que o individualismo em Smith é essencialmente metodológico – posto que, para ele, o indivíduo é o ponto de partida da análise sobre a ordem social ao mesmo tempo em que é capaz de solidarizar-se com paixões que lhe são alheias e moldar suas compreensões de si com base na relação com o outro. Smith delineia um indivíduo tipicamente moderno no sentido de que ele tem a si próprio como medida e referência para ler o mundo e os outros, mas também um indivíduo que se autopercebe a partir do contato com o outro: um indivíduo profunda e intimamente social. Esta complexidade é explicitada ao longo de sua Teoria dos Sentimentos Morais em diversas passagens, dentre as quais cabe citar diretamente a proposição de que:

Toda faculdade de um homem é a medida pela qual ele julga a mesma faculdade em outro. Julgo sua visão por minha visão, seu ouvido por meu ouvido, sua razão por minha razão, seu ressentimento por meu ressentimento, seu amor por meu amor. Não possuo nem posso possuir nenhum outro modo de julgá-las. (SMITH, 1759, p. 112)

Somada ao trecho:

Se fosse possível que uma criatura humana vivesse em algum lugar solitário até alcançar a idade madura, sem qualquer comunicação com sua própria espécie, não poderia pensar em seu próprio caráter, a conveniência ou demérito de seus próprios sentimentos e conduta, a beleza ou deformidade de seu próprio espírito, mais do que na beleza e deformidade de seu próprio rosto. Todos esses são objetos que não pode facilmente ver, para os quais naturalmente não olha, e com relação aos quais carece de espelho que sirva para apresentá-los à sua vista. Tragam-no para a sociedade, e será imediatamente provido do espelho de que antes carecia. (SMITH, 1759, p. 245)

É neste jogo de espelhos, possibilitado pela vida em sociedade e pelo atributo humano da simpatia, que se torna possível para Smith o processo de delimitação entre o certo e o errado, entre vícios e virtudes (BIANCHI e SANTOS, 2005). É a moralidade sob uma construção realizada socialmente através de indivíduos que trocam de papéis entre si imaginativamente (GANEM, 2002), realizando seus julgamentos sobre si mesmos através da observação do outro e sobre o outro através do que conhecem de si. Não são necessários grandes esforços para perceber a influência exercida por Hume e seu Tratado sobre a Natureza Humana, em que – vinte anos antes da publicação da TSM – afirmara que “os espíritos dos homens são espelhos uns para os outros” (GANEM, 2015, p. 148) (FONSECA, 1998). Cabe dizer que não se trata de um processo racionalizado, e sim referente à capacidade humana de imaginação – “ao nos imaginarmos no lugar do outro, sensações nos sobrevêm: primeiro os sentimentos e os juízos se formam” (GANEM, 2002, p. 108).

Ainda sobre essa construção da moralidade – primeiro através de sentimentos para então formar juízos –, o atributo da simpatia seria responsável pela formação de juízos propriamente dita e é validado através de um espectador imparcial (CERQUEIRA, 2008). Smith apresenta a simpatia enquanto julgamento inicial e destaca que “quando as paixões da pessoa a quem principalmente concernem estão em perfeita consonância com as emoções solidárias do espectador, necessariamente parecem a este último justas e próprias, adequadas aos seus objetos” (SMITH, 1759, p. 108), pois “seus próprios sentimentos são os critérios e medidas pelos quais julga os meus” (SMITH, 1759, p. 109). Por isso, Smith defende, que os sujeitos, conscientes das influências que sofrem por seus próprios vieses, conseguem, através da imaginação e das percepções acumuladas na vida em sociedade, elaborar como cada paixão ou situação seria analisada se observada por um espectador imparcial capaz de manter uma perspectiva de neutralidade. É, desse modo, com o auxílio de um espectador imparcial, que os sujeitos, sob a perspectiva smithiana, tornam-se capazes de formular discernimentos entre o certo e o errado e conceber julgamentos morais. Esse personagem importante da teoria smithiana, o “espectador imparcial”, também caracterizado como um juiz interno ou o “grande

habitante do peito humano” (SMITH, 1759, p. 272), foi explicado por Bianchi e Santos (2005, p. 3) como “uma espécie de termômetro interno ou consciência, que compatibilizaria o auto interesse com o bem-estar coletivo”. Nos termos do próprio Adam Smith (1759, p. 272), “é apenas consultando esse juiz interior que poderemos ver o que nos diz respeito em sua forma e dimensões apropriadas; ou que poderemos estabelecer uma comparação apropriada entre nossos interesses e os de outras pessoas”.

Tem-se então que, para além da analogia dos espelhos, as ideias de Hume e de Smith convergem ao defenderem que qualquer formulação sobre a moral deve estar necessariamente associada aos padrões da natureza humana e que, referente a esta natureza, o auto interesse é um elemento intrínseco e instintivo (CERQUEIRA, 2008). A respeito disso, é fundamental assimilar que é equivocada a interpretação frequente de que este auto interesse seria equivalente a algum tipo de egoísmo. Como bem apresentado pelo filósofo francês Jean Pierre Dupuy e mencionado por Ganem (GANEM, 2019), o conceito de interesse privado é relacionado por Smith a um princípio de amor-próprio, “fundado no desejo de fazer coisas honradas” (GANEM, 2000, p. 17), e representa também a sua interpretação de que “todo homem é por natureza primeiro e principalmente recomendado a seus próprios cuidados, e como é mais adequado para cuidar de si mesmo do que qualquer outra pessoa, é adequado e correto que faça assim” (SMITH, 1759, p. 205). Tendo isso em vista, “todo homem está muito mais profundamente interessado no que diz respeito imediatamente a si, do que no que diz respeito a outro homem qualquer” (SMITH, 1759, p. 205). Essa suposta hierarquia entre o eu e o outro é na verdade fundamentada, portanto, não em alguma preferência auto direcionada ou em uma desvalorização do outro, mas sim nos princípios iluministas mencionados no tópico anterior: autonomia, consciência e capacidade de autodeterminação.

A teoria dos sentimentos morais de Adam Smith se distancia de uma defesa do egoísmo tanto como comportamento ideal quanto como atributo predominante da natureza humana observada. A existência de um espectador imparcial, presente no interior de todo e cada indivíduo, sustenta a argumentação de que o auto interesse – aqui referido como amor de si – sujeita-se à consciência de um indivíduo que se percebe integrante de uma sociedade. Os interesses individuais, dessa maneira, adequam-se à necessidade humana de aprovação por seus semelhantes.

Quando alguém se vê sob a luz em que sabe que os outros o veem, compreende que não é, para esses, mais do que um indivíduo na multidão, em nenhum aspecto melhor do que qualquer outro. Se agisse de modo que o espectador imparcial pudesse compartilhar os princípios da sua conduta, o que é, entre todas as coisas, a que mais deseja ver realizada, deveria nessa e em todas as outras ocasiões, tornar humilde a arrogância de seu amor de si, reduzindo-o a algo que os outros possam aceitar. (SMITH, 1759, p. 206)

Como evidência dessa ausência de qualquer defesa do egoísmo dentro da TSM, utilizamos como exemplo, que Smith, ao mencionar o sujeito analisado, afirma: “embora sua própria felicidade possa ter mais importância para ele do que a de todo o mundo além de si, para cada uma das outras pessoas não é mais relevante do que a de outro homem qualquer” (SMITH, 1759, p. 206). Observa-se que o autor retrata um sujeito que não tolera violações à equidade, um sujeito “naturalmente solidário” (SMITH, 1759, p. 211), que “percebe que seu próprio interesse está associado à prosperidade da sociedade” (SMITH, 1759, p. 212) e que, quando vítima de qualquer ofensa, tem como principal objeção a aparente preferência autocentrada do ofensor em detrimento do ofendido (SMITH, 1759).

Sendo a TSM um tratado sobre a moralidade, ela desenvolve a sua análise com comentários de caráter normativo, acrescentando sua ideiação sobre aquilo “que deveria ser” ao seu exame daquilo “que é”, e defende que “um indivíduo nunca deve se preferir tanto a outro a ponto de ferir ou prejudicar esse outro para beneficiar a si mesmo, ainda que o benefício de um fosse muito maior do que a dor ou prejuízo de outro” (SMITH, 1759, p. 276).

Nesse sentido, o filósofo escocês apresenta a natureza humana composta por um espectro de afetos, cuja grande divisão seria entre os afetos egoístas e os benevolentes (SMITH, 1759). E mantendo-se firme à herança maquiavélica de observar os indivíduos pelas lentes do realismo, não caracteriza nenhum tipo de sobreposição natural entre os afetos observados; apenas elabora os mecanismos pelos quais são construídos os julgamentos morais capazes de domar afetos extremos. Portanto, da mesma forma como é preciso diferenciar auto interesse e egoísmo, faz-se necessário sublinhar que Smith não assume a simpatia como uma expressão de benevolência e que, se a sua teoria dos sentimentos morais não se revela a favor de comportamentos egoístas, tampouco é uma obra que defende os indivíduos enquanto movidos por altruísmo. Cerqueira estabelece este limite ao reforçar que o conceito de simpatia em Smith não se trata de uma paixão, mas sim uma correspondência de sentimentos e que “não se restringe à compaixão ou piedade e, neste caso, é mais amplo que – e não se confunde com – qualquer forma de benevolência” (CERQUEIRA, 2008, p. 76).

Por fim, referente à emergência da ordem social em Smith – tema que será mais comentado no próximo tópico –, destaca-se que o autor declara a vida em sociedade vantajosa para os indivíduos – herança que também pode ser atribuída a Hume e que “funda a sociabilidade no desejo de ganho comum a todos os homens” (GANEM, 2000, p. 18). Nesse sentido, Adam Smith entende que o homem teria sido “criado para a ação e para promover, pelo exercício de suas faculdades, as modificações nas circunstâncias externas, próprias e alheias, que lhe pareçam mais favoráveis à felicidade de todos” (SMITH, 1759, p. 238). Por outro lado, o autor afirma que a virtude essencial para a manutenção da sociedade é a justiça.

Ainda que ele advogue que “todos os membros da sociedade humana precisam da ajuda uns dos outros” (SMITH, 1759, p. 209) e que “onde a ajuda necessária é reciprocamente provida pelo amor, gratidão, amizade e estima, a sociedade floresce e é feliz” (SMITH, 1759, p. 209), Smith reconhece que – antecipando seu desenvolvimento teórico a respeito do mercado como ordem social – a vida em sociedade “pode subsistir entre diferentes homens, como entre diferentes mercadores, por um senso de sua utilidade, sem qualquer amor ou afeto recíprocos” (SMITH, 1759, p. 210). Isto é, indivíduos que se entendem enquanto parte de um todo, são conscientes de que seus interesses estão necessariamente vinculados aos interesses deste todo social e, portanto, conseguem viver em sociedade de acordo com seus próprios interesses. Essa cadeia de consequências lógicas é fundamentada pelo autor através de sua defesa da prudência, posto que o homem prudente é capaz de renunciar a um benefício imediato por um benefício maior e/ou por evitar um prejuízo maior no futuro e, nesse sentido, seria capaz de conceber o risco de destruição da sociedade como um prejuízo muito maior do que abdicar de algum interesse individual imediato (SMITH, 1759). Nas palavras de Smith (1759, p. 210), portanto, “a beneficência é, assim, menos essencial à existência da sociedade que a justiça. A sociedade poderá subsistir, ainda que não segundo a condição mais confortável, sem beneficência, mas a prevalência da injustiça deverá destruí-la completamente”.

1.3 A RIQUEZA DAS NAÇÕES E O NASCIMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Ana Maria Bianchi elabora algumas justificativas para a relevância inegável da Riqueza das Nações enquanto marco histórico e, para isso – além de descrever a motivação e importância de ordem prática no sentido da publicação se opor às políticas mercantilistas então vigentes –,

ela destaca que mesmo que uma teoria sobre o mercado não fosse naquele momento uma elaboração inédita, a eloquência de Adam Smith em sua análise deste mecanismo enquanto ordenador social e dos movimentos conduzidos através das forças de oferta e demanda superou seus antecessores e atribui justiça ao posto concedido ao filósofo escocês (BIANCHI e SANTOS, 2005). Conforme mencionado no tópico anterior, Adam Smith já adianta em sua teoria sobre a moralidade que é possível – ainda que não o mais desejável – compor e manter uma organização da vida em sociedade com indivíduos que convivam meramente como mercadores sem a necessidade de que estabeleçam entre si qualquer reciprocidade afetiva ou benevolente. Mas é com a publicação da RN que o autor elabora uma teoria social baseada no funcionamento do mercado e de fato ganha a alcunha de pai da economia.

Como destacado por Ganem, é através da teoria de mercado de Smith – enquanto “matriz teórica da ordem social liberal” (GANEM, 2000, p. 11) –, que “a economia passa a ser entendida como essência da sociedade, terreno sobre o qual a harmonia social pode ser pensada e praticada” (GANEM, 2000, p. 11). No mais, a respeito deste chamado nascimento da economia, é necessário reiterar que o presente trabalho enfatiza a contribuição de Adam Smith principalmente enquanto evidência do elo fundamental entre a economia e a filosofia, posto que, o exame da Riqueza das Nações – quando feito à luz da Teoria sobre os sentimentos morais – retrata os nós inegáveis entre os fenômenos econômicos e as esferas da política e da moralidade (GANEM, 2000; 2002), além de deixar manifesto o legado smithiano enquanto uma “situação paradoxal para seus herdeiros: a autonomia da economia só poderá ser realizada com reduções” (GANEM, 2015, p. 150) – reduções estas que não foram feitas por ele.

Em sua busca por uma explicação da ordem social através de princípios econômicos, Smith mantém o indivíduo como ponto de partida, conforme estabelecido na TSM. Isso porque, ao passo que em sua primeira obra ele explica a moralidade a partir de uma construção internalizada em cada sujeito – simpático, sociável e acompanhado de seu juiz interior –, em A Riqueza das Nações, o autor parte também de sua concepção da natureza humana para compreender a constituição do mercado como viabilizador da ordem. Smith apresenta um indivíduo que está sempre empenhado em melhorar a sua condição no que se refere a riqueza e progresso (FONSECA, 1998) e propõe que, nessa busca individual, todos os homens possuem uma “propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (SMITH, 1776, p. 73). É desta maneira que a teoria de mercado smithiana se apresenta como uma teoria de “uma

ordem natural, posto que regida por leis naturais e que tem como ponto de partida a natureza humana” (GANEM, 2015, p. 146).

Smith aponta essa propensão natural à troca como motor do fundamento da RN: a divisão do trabalho, para a qual ele elabora vasta defesa no primeiro capítulo da obra e ressalta assim que o avanço desse processo de especialização não seria resultado de uma elaboração racional, mas sim de um desenvolvimento natural. Sob a ótica do trabalho enquanto mercadoria, e assumindo que – graças as vantagens geradas pela especialização – “cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade do seu próprio trabalho, além daquela de que ele mesmo necessita” (SMITH, 1776, p. 70), os trabalhadores naturalmente venderiam seu trabalho a fim de obter um padrão de consumo muito maior do que seria possível caso não houvesse tal divisão com o seu consequente aumento de produtividade e produção (BIANCHI e SANTOS, 2005; SMITH, 1776). É também por essa lógica das trocas viabilizadas pela venda de trabalho, que Smith elabora sua teoria do valor a partir das noções de valor de uso e valor de troca (evidenciando as relações de força do mercado¹) e chega à conclusão de “que o trabalho é a única medida universal e a única medida precisa de valor, ou seja, o único padrão através do qual podemos comparar os valores de mercadorias diferentes, em todos os tempos e em todos os lugares” (SMITH, 1776, p. 93).

Entendendo, portanto, que a divisão do trabalho e a propensão à troca só existem porque estão baseados nos interesses individuais, deve ser estabelecida a conexão mais latente “entre as teorias ética e econômica de Smith” (BIANCHI e SANTOS, 2005, p. 4). Isso porque o mesmo auto interesse que aparece como fundamento último da RN foi estabelecido, já no sujeito smithiano apresentado na TSM, enquanto essencialmente neutro, associado basicamente a princípios de autodeterminação e amor-próprio, de modo que não é o determinante apriorístico de comportamentos virtuosos ou condenáveis (BIANCHI e SANTOS, 2005). É preservado dessa maneira o intuito smithiano de formular “uma verdade ligada à historicidade, uma verdade não mais no plano puramente lógico, mas estabelecida a partir do vínculo ético” (GANEM, 2002, p. 108).

¹ Ao formular sua teoria de valor e de preços, Smith não ignora fatores sociais e políticos que interferem nos movimentos do mercado e menciona que, referente aos preços dos salários, a disputa é não só realizada por associações de operários como também associações entre patrões – estes sempre em conluio tácito para não elevar os salários e geralmente em vantagem nessa disputa (Ver: SMITH, 1776, p. 119)

A passagem mais célebre da Riqueza das Nações é talvez a mais comumente interpretada de modo equivocado por desconsiderar as proposições que o autor já havia estabelecido em sua obra anterior. Ao expor que “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1776, p. 74), ao contrário do que uma interpretação descontextualizada pode indicar, Smith não defende que a harmonia econômica e o funcionamento do mercado resultam de comportamentos egoístas. Conforme bem explicitado anteriormente, o autor diferencia benevolência do atributo da simpatia, constituidor da moralidade, o que garante que a ausência de benevolência não seja equivalente a ausência de um comportamento moralmente guiado. Além disso, não há nada na teoria smithiana que suponha o interesse individual como impeditivo à moralidade ou como previsto a promover ações egoístas – muito pelo contrário, conforme já explorado neste trabalho. De forma ainda mais explícita, o princípio do amor-próprio e da importância que o reconhecimento alheio exerce sobre os comportamentos humanos podem ser destacados no trecho que complementa a passagem mencionada: “Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles” (SMITH, 1776, p. 74). Cabe ainda sublinhar que esta famosa passagem é na verdade mais uma evidência de um sistema social formado por indivíduos profundamente conectados e conscientes de sua interdependência – mesmo que todos estejam guiados pelo próprio interesse individual, nenhum ignora a essencialidade do outro para o seu bem-estar.

Em sua teoria de mercado ancorada em uma ordem social resultante da combinação de interesses individuais, é através da mão invisível que esses interesses individuais promovem – sem intenção ou consciência – um equilíbrio congruente com os interesses coletivos (BIANCHI e SANTOS, 2005; GANEM, 2015). Smith não ignora, contudo, que cenários adversos também fazem parte dos resultados possíveis – cabe mencionar que, já na TSM, Smith se utiliza do mesmo conceito empregado anteriormente por Maquiavel para apresentar que nem tudo está sob o domínio das intenções e decisões humanas, sendo parte dos resultados determinada pela eventualidade da fortuna (SMITH, 1759). Ainda assim, grande parte do sucesso das elaborações de Adam Smith é justificada pela apresentação da mão invisível no papel de um operador social capaz de explicar a emergência da ordem social liberal através do funcionamento do mercado (GANEM, 2000).

Ainda sobre a leitura reducionista da Riqueza das Nações como defesa de uma ética egoísta, cabe uma última evidência sobre sua falta de fundamentos, amparada pelo contraponto explícito que Smith estabelece em relação ao autor que de fato realiza tal defesa: Bernard Mandeville e sua Fábula das abelhas, expressão da teoria de que vícios privados gerariam benefícios públicos. A elaboração de Mandeville através de sua colmeia anedótica foi caracterizada como falaciosa por Smith, pois ao pretender articular sua defesa a respeito dos vícios privados enquanto comportamentos vantajosos, foi bem restritivo ao considerar que toda e qualquer paixão seria viciosa e que, por conseguinte, a virtude teria de ser definida como “completa extirpação destas paixões” (BIANCHI e SANTOS, 2005, p. 9); (GIANETTI, 1993). Conforme expõem Bianchi e Santos (2005, p. 9):

Smith, pelo contrário, esposava uma visão mais flexível no tocante ao que seriam vícios e virtudes. Seu argumento da mão invisível baseia-se no auto interesse, que em si mesmo não é vício nem virtude, como fundamento do bem (econômico) geral. Além disso, o autor considera que as diferentes paixões tendiam a contraporem-se umas às outras e a equilibrarem-se mutuamente. É claro, como observamos antes, que o auto interesse podia converter-se no vício do egoísmo, porém, neste caso, não haveria qualquer garantia de um resultado socialmente benéfico.

1.4 O SUJEITO SIMPÁTICO SMITHIANO

“Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela.”
(SMITH, 1759, p. 97)

A relação fundamental entre moralidade e sociabilidade na obra de Adam Smith é indispensável para compreender o sujeito smithiano (CERQUEIRA, 2008), isso porque, de acordo com o mencionado em tópicos anteriores, na concepção de Smith, os indivíduos aprendem a julgar moralmente através da “experiência e a observação em sociedade” (BIANCHI e SANTOS, 2005, p. 3).

Assumindo o papel de protagonista, o sujeito smithiano é construído e caracterizado tanto ao longo da Teoria dos Sentimentos Morais, onde é apresentado pela primeira vez, quanto no desenvolvimento da Riqueza das Nações, sendo, portanto, essencial à formulação teórica de Smith em suas duas bases: I) ético-filosófica, referente à construção da moralidade e à formulação das subjetividades; e II) econômica, referente às relações de mercado. Sob as duas

perspectivas, o indivíduo tem seu traço central identificado no amor-próprio, tido como eixo do auto interesse e “paixão que retira sua substância do reconhecimento do outro” (GANEM, 2000, p. 31). Ganem acrescenta ainda que

Ao necessitar visceralmente da aprovação do outro, o sujeito smithiano reafirma ontologicamente sua substancial incompletude. O sujeito smithiano, como um ser incompleto, está muito mais próximo do *homo mimeticus*, e não pode, portanto, ser entendido como prelúdio do homem econômico racional. (GANEM, 2000, p. 31)

Demonstra-se que o sujeito observado por Smith tem como anseio basal sua necessidade de ser aprovado e estimado por seus semelhantes (FONSECA, 1998; GANEM, 2000, 2002) e, complementando com as palavras do próprio autor, “a maior parte da felicidade humana surge da consciência de ser amado” (SMITH, 1759, p. 145) – de onde pode ser extraída a noção da simpatia reflexiva: “a ideia de que simpatizamos com nós mesmos na exata medida em que os outros simpatizam conosco. Ou amamo-nos na exata medida em que os outros nos amam” (GANEM, 2000, p. 26). Essa incompletude e desejo de aprovação justificam o processo de construção da moralidade – presente no tópico 1.2 deste trabalho –, pois apresentam a razão pela qual o indivíduo, uma vez que almeja a aprovação de seus espectadores, não só imagina um *espectador imparcial*, como também busca agir de acordo com os afetos morais obtidos a partir da combinação entre este artifício e a simpatia. À vista disso, o amor-próprio, no seu conceito de atributo inerente à natureza humana para Smith, pode ser entendido responsável pelo autodomínio e adequação das paixões às opiniões externas e princípios morais (GANEM, 2000).

O economista Eduardo Gianetti da Fonseca apresenta este controle dos comportamentos atribuído ao princípio da vaidade e de seus “desejos sub-rationais” (FONSECA, 1998, p. 4) e, de fato, Smith retrata um sujeito que por vezes não é racional em sua busca por transparecer uma imagem capaz de provocar a estima e admiração de seus semelhantes, conforme exemplifica ao afirmar que

Muito homem pobre coloca sua glória em ser julgado rico, sem levar em conta que os deveres (se podemos chamar essas loucuras de um nome tão venerável) que tal reputação lhe impõe muito em breve o reduzirão à mendicância, e tornarão sua posição ainda mais desigual à dos que admira e imita, do que originalmente era. (SMITH, 1759, p. 176)

Se aliarmos a proposição de Hume de que “amar a glória de feitos virtuosos é uma prova concreta do amor pela virtude” (FONSECA, 1998, p. 9) e o exposto por Smith (1759, p. 248)

em “da virtude não se diz que é amável ou meritória, porque objeto de seu próprio amor, ou de sua própria gratidão, mas porque provoca tais sentimentos em outros homens”, temos que, o denominado amor-próprio é uma busca por aprovação dos outros, não caracteriza egoísmo e tende geralmente a suscitar comportamentos moralmente virtuosos.

Faz-se valioso, por fim, resgatar a proposta elaborada em 1984 por Marshall, professor de literatura em Yale, em seu texto *Adam Smith and the Theatricality of Moral Sentiments*. Trata-se da “ideia importada da sociologia de compreender a ordem social como espaço teatralizado” (GANEM, 2000, p. 24), no sentido de que o processo de criação das subjetividades e compreensões de si, através do jogo de espelhos proporcionado pela vida em sociedade, pode ser também somado ao “desejo original de agradar e (...) uma aversão primária a ofender seus irmãos” (SMITH, 1759, p. 252), e que o sujeito smithiano pode ser então compreendido em seu papel duplo de ator e espectador.

CAPÍTULO 2

A REVOLUÇÃO MARGINALISTA E O HOMEM ECONÔMICO RACIONAL

Em comentários sobre a economia neoclássica e seu discurso ideológico na contemporaneidade, Vladimir Safatle (2021), no livro *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, destaca a presença de apelos morais como argumento persuasivo constante no debate de temáticas econômicas e políticas. Exemplificando através do debate em torno de políticas fiscais, o que se nota é que o apelo a argumentos de cunho moral – através de termos como responsabilidade, por exemplo – está distante da proposta smithiana de análise dos sujeitos e de suas decisões à luz de uma moralidade socialmente construída com base no desejo subjetivo de aprovação externa. Ao contrário, o que o uso desses apelos morais de fato revela é a concepção fantasiosa de uma ciência econômica constituída de formalizações técnicas e de uma verdade única, em que é mascarado o caráter fundamental da economia enquanto campo de conhecimento constituído por disputas ideológicas. E, como consequência, é considerado válido apenas o discurso alinhado a uma visão positivista da ciência, que classifica como imoral qualquer elemento contrário ao modelo defendido – demonstrando que, assim como a economia, a moralidade é entendida como um conceito exato e estático, distante de qualquer perspectiva de construção social.

Ao indicar interpretações autointituladas como únicas e/ou gerais, o *mainstream* da ciência econômica se pretende neutro, sem influência de ideologias – uma ciência exata, na qual as relações de causalidade seriam calculáveis e previsíveis –, de tal forma que se ampara, na verdade, em uma ideologia de neutralidade e em uma valorização das tecnicidades em detrimento de aspectos históricos, culturais e humanos (GANEM, 1989). Revela-se assim a atualidade dos impactos provocados pela Revolução Marginalista do final do século XIX e de seus esforços para transformar a economia em ciência exata, posto que foi o período da HPE em que de fato se buscou romper com a noção smithiana de indivíduos que orientavam suas decisões através de suas perspectivas de moralidade. Como exposto por Angela Ganem, o trabalho de Walras, enquanto principal referência entre os economistas marginalistas, foi desenvolvido no sentido de elaborar “uma política matemática (...) totalmente construída acima da natureza, como uma geometria, e de uma relação entre os homens totalmente ideal, mental e nominalista e, portanto, transparente e certa” (GANEM, 1996, p. 118-119).

Fica assim indiscutível que, para além da importância dentro da História do Pensamento, a contribuição teórica de Walras é de grande valia para a compreensão do programa neoclássico de pesquisa ou o mainstream da ciência econômica, hoje expresso na defesa ideológica do capitalismo através da defesa da lógica do mercado. E, por conseguinte, a importância do indivíduo isolado, egoísta, concorrente, interpretado e defendido à luz dessa corrente ideológica.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Apesar da denominação de revolução, o movimento marginalista não se deu de forma coordenada. Como expõe Phyllis Deane (1978) e recorrendo a Thomas Khun, a Economia, enquanto ciência e comunidade científica, não se restringe apenas aos acadêmicos da área, tendo em vista que é influenciada também por uma série de outros profissionais que atuam nas tentativas de explicar e projetar cenários e resultados econômicos. E, nesse sentido, por envolver tão diversos agentes, é então um tanto mais complexo o processo de desenvolvimento teórico neste campo do saber. Assim sendo, tratar como uma revolução as ferramentas desenvolvidas por estes economistas exprime a relevância das mudanças de escopo e metodologia que elas produziram a partir do final do século XIX – não com a ilusão de um impacto imediato, mas a entendendo como a base das transformações que foram se desenrolando ao longo de muitos anos no desenvolvimento da economia neoclássica.

A respeito da origem desse processo, temos que a Revolução Marginalista “é vinculada à publicação, quase simultânea, no começo da década de 1870, dos trabalhos de Stanley Jevons, Léon Walras e Carl Menger” (FRANCO et al., 2021, p. 55). Contudo, é interessante preservar a percepção de que, em face à ausência de articulação dos três autores no sentido de construir deliberadamente uma nova escola de pensamento econômico, existem destacadas distinções entre as contribuições de cada um deles (DEANE, 1978). E, como geralmente ocorre, situando os economistas marginalistas em seu contexto histórico da Longa Depressão – iniciada na mesma década –, pode-se compreender esta nova escola do pensamento econômico “como tentativa de dar conta da crise do capitalismo em sua época” (FRANCO et al., 2021, p. 55).

Em termos de influência teórica, é notório que os marginalistas são inspirados pelo utilitarismo de Bentham e seu cálculo felicífico, em sua tentativa de mensurar ações e objetos em função do bem-estar que provocam nos agentes econômicos – o que justifica, portanto, a

adoção da concepção de valor-utilidade por estes economistas (DEANE, 1978). Nesse sentido, podemos apontar o princípio diferenciador do marginalismo em relação ao utilitarismo na instauração marginalista de uma tendência dos mercados em direção a um quadro de equilíbrio, e que, conforme Franco (et al., 2021) comenta, é uma tese curiosa por ter sido desenvolvida por economistas europeus em um período de contração econômica geral sentida mais fortemente na Europa.

2.2 A REVOLUÇÃO MARGINALISTA E O NASCIMENTO DA TEORIA NEOCLÁSSICA

Jevons na sua principal obra advoga que, por trabalhar com quantidades, “é claro que a Economia, se for para ser uma ciência, deve ser uma ciência matemática” (JEVONS, 2013, p. 3, apud FRANCO et al., 2021, p. 57). E, na mesma linha do exposto por um de seus principais nomes, a Revolução Marginalista pode ser compreendida de maneira geral justamente como a origem de uma transformação ampla no aspecto metodológico de análise econômica, a partir da inserção de formalizações matemáticas e do cálculo diferencial (DEANE, 1978).

É em 1871 que o inglês Stanley Jevons publica sua Teoria da Economia Política e que Menger, economista austríaco, desenvolve seus Princípios de Economia Política – ambos mutuamente independentes e no mesmo empenho de elaborar uma teoria de valor atrelada à lógica de utilidades marginais. É em 1874, também de forma independente de seus contemporâneos mencionados, que o economista francês Léon Walras publica a primeira parte de seus Elementos de Economia Política Pura, trabalho no qual é também desenvolvida a análise econômica em torno da noção de utilidade marginal, dessa vez com a sofisticação da linguagem em termos matemáticos através de um conjunto de funções de oferta e demanda (DEANE, 1978).

Em seu livro *The Evolution of economic ideas* (1978), a historiadora do pensamento econômico Phyllis Deane dedica um capítulo à abordagem dessa nova corrente ideológica e, sob o título de *The marginal Revolution and the neo-classical triumph*, a autora destaca aspectos interessantes referentes ao surgimento desta revolução geralmente marcada como um ponto de virada na HPE – no sentido de ter produzido um novo paradigma que passou a dominar as ciências econômicas. Deane observa que os três autores que se tornaram os representantes do ponto de partida da referida revolução “não compartilhavam a mesma constelação de crenças,

valores, técnicas, etc.” (DEANE, 1978, p. 97, tradução nossa), o que serve de indicação à semelhança inegável entre eles (a saber, a defesa da Razão Instrumental) enquanto verdadeiro ponto central desta nova forma de se pensar economia. A autora destaca também que as inovações metodológicas marginalistas levaram mais de vinte anos para ser mais amplamente acessadas e aceitas a ponto de causarem um impacto suficientemente relevante e serem caracterizadas como uma mudança paradigmática realizada pela economia ortodoxa.

Sob a perspectiva da metodologia dos programas de pesquisa científica de Lakatos – na qual os programas seriam constituídos por um núcleo duro (*hard core*) envolvido por um conjunto de hipóteses auxiliares –, Ganem resume precisamente a relevância, dentro do programa da teoria neoclássica, do trabalho de Walras, fundamentado em sua teoria de equilíbrio geral:

A Teoria do Equilíbrio Geral (TEG), enquanto modelo de referência e núcleo duro da teoria neoclássica, é o ponto de partida teórico para a compreensão da atualização, pelo programa neoclássico, de um velho e caro projeto ortodoxo: *demonstrar a superioridade do mercado como elemento regulador da economia e constituinte da ordem*. (GANEM, 1996, p. 105)

E acrescenta:

Se Adam Smith legou à história do pensamento econômico a ideia da economia como fundamento da sociedade, e a do mercado como viabilizador da ordem social liberal, Walras inaugura o esforço demonstrativo lógico necessário a uma ciência que elege, como seus, os critérios newtonianos de cientificidade (GANEM, 1996, p. 105-106)

Sob uma perspectiva positivista na qual a ciência avança de forma progressiva, linear e cumulativa (GANEM, 1989), a TEG e seus adeptos se colocam na posição de herdeiros do mercado autorregulável inicialmente proposto por Smith como uma ordem social natural. A TEG, nessa concepção, seria a demonstração formal – e, portanto, entendida como superior – do mesmo princípio de ordem social promovida através do mercado, mas, neste momento, na intenção de descrever uma economia descentralizada regulada somente pelos movimentos do mercado em torno da determinação de preços e produtora da ordem – uma ordem social que passaria então de natural para racional (GANEM, 2015). Tendo em vista que um dos pressupostos necessários a este equilíbrio seria a concorrência perfeita, esta é tida como organização mais eficiente e, conseqüentemente, como ideal para o bem-estar coletivo (GANEM, 1996). A superioridade do mercado como nova forma de contrato social é assim defendida pelos neoclássicos através da alegação de que não só seria possível provar a

existência de um ponto de equilíbrio de mercado, como também que este seria ótimo e estável (GANEM, 1996, 2015). A respeito dessa ambiciosa proposição, Ganem (1996) expõe a insuficiência da premissa maximizadora para provar a estabilidade do equilíbrio e a incoerência que o leiloeiro walrasiano – enquanto instrumento de estabilização externo e centralizador – impõe sobre o ideal de descentralização. E a autora ainda inclui:

Na verdade, se o projeto axiomático de ciência tem levado à pretensão racional-construtivista dos neoclássicos a impasses inevitáveis é porque, em última análise: I) o objeto da economia não se deixa capturar por esse método, relevando, a cada momento, as dificuldades de conciliação do “coerente” com o “complexo”; II) o mercado não é necessariamente a instância auto-reguladora e constitutiva da ordem social; III) o equilíbrio não deve ser a noção central da análise econômica. Questões metodológicas, sem dúvida, mas que ironicamente não demandam o socorro do econométrico, e sim talvez a ajuda do olhar inquietante do filósofo. (GANEM, 1996, p. 120)

O projeto axiomático tem o indivíduo como ponto de partida e o equilíbrio de mercado como fim e se utiliza dos axiomas de concorrência perfeita, racionalidade maximizadora (enquanto capacidade de hierarquização do mundo (FRANCO et al., 2021)) e acesso pleno e simétrico à informação. Neste mesmo sentido, Possas aponta com propriedade a “crucial importância metodológica que tais pressupostos encerram, sem exceção, em todo o edifício teórico neoclássico” (POSSAS, 1997, p.34) e o foco “na obtenção de soluções ótimas, unívocas e previsíveis” (POSSAS, 1997, p. 34).

Em síntese, a teoria neoclássica desloca o foco da produção, acumulação e distribuição de renda para a alocação eficiente de recursos escassos ou, em outros termos, sobre as questões do mercado, enquanto “elemento central e meio de coordenação das atividades” (GANEM, 2015, p. 152).

Ao utilizar o conceito de equilíbrio – importado das ciências físicas – como marco central de sua teoria econômica, Walras revela o empenho de aproximar a economia da mecânica clássica através de sua metodologia matemática. Este movimento não só foi determinante sobre a adoção de novas técnicas de análise econômica, como também sobre a própria concepção da economia e de seus reais objetos de estudo enquanto ciência. O economista francês concebeu a ideia de economia como uma economia pura, ideologicamente neutra, semelhante a uma ciência físico-matemática, cujo maior propósito seria a teoria de determinação de preços sob um regime hipotético de concorrência perfeita (DEANE, 1978).

Esse entendimento é fundamental para evidenciar as origens do distanciamento que se criou entre a ciência econômica e as demais ciências sociais – pois ao se tornar matemática, pretendeu-se neutra e imparcial. Ao se voltar essencialmente à determinação de preços, se afastou do campo social, humano e filosófico; e, ao fazer uso extensivo de uma linguagem puramente matemática, tornou-se excludente, limitando o alcance e o entendimento necessários para que pudesse ser amplamente discutida. Nesse sentido, Phyllis Deane (1978) destaca ainda que as proposições walrasianas, excessivamente matemáticas, demoraram muitos anos para tornarem-se acessíveis à compreensão da maioria dos teóricos econômicos e que seus *Elementos de Economia Pura* só foram traduzidos para o inglês depois de 80 anos de sua publicação original.

Afirma-se, portanto, que a formalização da economia enquanto ciência possibilitou também uma uniformização do discurso (POSSAS, 1997). E, como Possas ressalta, a fim de – nas suas palavras – não “cometer injustiças em nome do espírito crítico” (POSSAS, 1997, p. 15), o rigor formal e os desafios analíticos que foram surgindo certamente trouxeram consigo aspectos positivos; o que não anula os aspectos negativos principalmente relacionados à amplitude interdisciplinar inerente às problemáticas econômicas e que passa a ser desconsiderada a fim de que as análises caibam em modelos matematicamente demonstrados. O mesmo autor enfatiza a consequência da “impressionante uniformidade metodológica dos modelos contemporâneos do *mainstream* que sacrificam a complexidade do objeto real pela supostamente necessária complicação formal que lhes dá aparentemente status científico” (POSSAS, 1997, p. 24-25).

Deane (1978), por sua vez, também ressalta que os crescentes academicismos e especializações nas ciências econômicas levaram ao efeito de que seus teóricos – mesmo levando em conta que existem exceções individuais entre os economistas neoclássicos – tenderam a direcionar mais e mais o foco de suas inovações a problemas teóricos abstratos e a distanciar seus modelos do mundo real, confinando o seu escopo quase que exclusivamente ao estudo dos mercados e apartado de questões políticas e práticas urgentes.

Embora a teoria neoclássica, inicialmente inaugurada pelos marginalistas, tenha sofrido muitos ajustes, aperfeiçoamentos técnicos, influências e adaptações teóricas ao longo do tempo até a configuração do *mainstream* atual, seus pressupostos centrais permaneceram vinculados à busca pelo ideal de concorrência como produtora de equilíbrio e do agente econômico como

racional e maximizador. Incluindo, como exemplo de adição aos modelos iniciais, temos as proposições desenvolvidas por Alfred Marshall e publicadas apenas em 1890, sobre as quais pode-se perceber que este economista – também um dos principais nomes do pensamento marginalista – avançou sobre o trabalho de Walras, mas sem abandonar os pressupostos walrasianos, ao conceber uma modelagem de equilíbrios parciais. De modo que, ao fornecer uma explicação para a determinação de preços em um mercado específico, a teoria marshalliana se propôs debruçar sobre problemas da ordem prática dos negócios e instaurar a noção de agentes representativos – que facilitariam a projeção de cenários agregados (DEANE, 1978).

O que surgiu posteriormente foi o desenvolvimento de subprogramas que considerassem elementos mais próximos da complexidade do mundo real. O que apenas comprova o caráter positivista de uma ciência que se entende como cumulativa, na qual bastaria somar hipóteses mais realistas aos axiomas previamente estabelecidos para que se chegasse cada vez mais perto de alcançar uma teoria que representasse o real. Nessa lógica, foram incluídas, por exemplo, as situações desenhadas pela Teoria dos Jogos que sofisticaram a racionalidade ao analisar situações de conflito e informação imperfeita entre os agentes, mas que, paradoxalmente, constrangeram a hipótese de equilíbrios ótimos e realçaram a interdependência fundamental dos agentes em um sistema de trocas – percepção esta incoerente com a interpretação atomizada dos indivíduos (GANEM, 1996).

Mais uma vez recorrendo ao exposto por Ganem – que, por sua vez, nesta passagem recorre ao alerta de Kant –, constata-se que:

O ideal de descobrir normas permanentes para o pensamento racional aplicado à ciência econômica comete um pecado capital: a valorização abusiva das regras de coerência interna em detrimento de pertinência. Aqui o aviso kantiano permanece como um alerta: “o conhecimento pode estar em conformidade com a lógica, isto é, não contradizer a si mesmo e, no entanto, contradizer o objeto” (Kant, 1980).” (GANEM, 1996, p. 118)

2.3 O HOMEM ECONÔMICO RACIONAL

A teoria neoclássica supõe um indivíduo que sempre age de acordo com sua busca incessante e incondicional da maximização de seu próprio bem-estar, evidenciando que a própria concepção de sujeito enquanto agente econômico e tomador de decisões também teve

de ser reduzida pela corrente marginalista, para que pudesse se adequar à formalização matemática e à construção de modelos. É neste momento que surge o Homem Econômico Racional ou o *Homo Economicus*, personagem central da narrativa neoclássica e fundamento microeconômico “herdado de Mill” (GANEM, 2015, p. 151). Nessa perspectiva, o perfil de indivíduo pode ser sintetizado como uma “redução, subjetiva e individualista, do consumidor à capacidade de ordenar suas preferências e efetuar escolhas alternativas em vista da maximização de sua satisfação global. Abstraído de seu contexto, sua classe social e a totalidade do sistema” (FRANCO et al., 2021, p. 56).

É neste *homo economicus* que estariam centralizados os principais axiomas de sustentação da economia neoclássica, posto que ele é símbolo de um agente econômico dotado de plena racionalidade, acesso irrestrito às informações e concorrente em relação aos seus semelhantes. Abordagem que, como descreve Franco et al. (2021, p. 57), “ênfatisa formulações matemáticas em que os comportamentos individuais são quantificados”.

A cientificidade ditada pelo modelo newtoniano teve então mais um de seus elementos explicativos importados pelos marginalistas: a compreensão neoclássica do sistema econômico parte de “agentes isolados, unidades fragmentadas, individualizadas tal qual o universo newtoniano com seus elementos básicos, os pontos isolados, partículas dotadas de massa” (GANEM, 1989, p. 275). Ganem acrescenta ainda que:

Estas unidades fragmentadas na medida em que retiradas de sua especificidade histórica concreta (de um todo do qual é parte) passam a possuir uma natureza intrínseca ditada pelo postulado da racionalidade. Uma racionalidade que, embora considerada natural e, portanto, a-histórica pelos neoclássicos, na verdade expressa uma trajetória que remonta à ordem da natureza desvendada nos séculos XVI e XVII, que se transfere para uma pretensa ordem natural da sociedade e que se sintetiza na Razão Positiva através da identificação do natural ao social e deste último ao ser racional. (GANEM, 1989, p. 275)

Com a teoria neoclássica, pode-se dizer que o individualismo ultrapassa a perspectiva metodológica para definir um caráter comportamental atrelado à racionalidade na lógica concorrencial do mercado. Nas palavras de Ganem (1989, p. 275), essa concepção sobre os indivíduos no programa neoclássico “acabou por transformar paixões egoísticas em atributos necessários à racionalidade do capital”. Com a atomização dos agentes econômicos, o que antes era sujeito passa a ser indivíduo e a vida reduz-se às operações de troca e rentabilidade (FRANCO et al., 2021).

E sob essa perspectiva, faz-se necessário comentar dois aspectos desta Razão Instrumental: I) ao caracterizá-la apenas como capacidade de hierarquizar preferências, traduzir valores em preços, quantificar afetos e calcular maximizações, a própria concepção de razão humana é enfraquecida – na limitação de sua potência a lógicas quantitativas, não há espaço para uma razão crítica. II) O Homem Econômico Racional é livre para escolher, contanto que sua escolha seja resultado de um exercício racional que maximiza o seu bem-estar quantitativamente calculável. (DARDOT, LAVAL, 2010 apud FRANCO et al., 2021). “A tão louvada autonomia dos indivíduos se revela logo como absoluta heteronomia” (FRANCO et al., 2021, p. 67).

É interessante expor também a título de exemplo paradoxal, posto que mencionamos a inserção da teoria dos jogos no tópico anterior, que este subprograma, ao analisar o *Dilema dos Prisioneiros*, demonstra abertamente “o conflito entre a racionalidade maximizadora individual e a coletiva” (GANEM, 1996, p. 116), chegando à “conclusão de que escolhas racionais podem levar a situações que não são coletivamente racionais” (GANEM, 1996, p. 116). Nesse sentido, atingir um equilíbrio ótimo pressupõe um comportamento bem diferente do esperado pelo *homo economicus*: uma ação tomada a partir de coalizões e acordos, e não seguindo seus predicados individualistas, calculistas e oportunistas.

O próprio jargão de uma economia supostamente pura, cuja teoria se ampara nas noções de concorrência perfeita, racionalidade e alocação ótima de recursos, foi relevante para sustentar ideologicamente a manutenção do status quo político e a aceitação de uma filosofia que combinava individualismo econômico e harmonia social (DEANE, 1978). É então através da supervalorização do cálculo matemático, que a teoria neoclássica “viabiliza nos seus próprios termos um processo de séculos de tentativas de conciliação ética entre o egoísmo (paixão tornada razoável) e o altruísmo (o bem-estar da sociedade expresso no equilíbrio)” (GANEM, 1989, p. 275).

CAPÍTULO 3

A DEFESA ULTRALIBERAL DO MERCADO E O INDIVÍDUO ISOLADO PÓS-MODERNO

A teoria do mercado propagada por teóricos e ideólogos do século XX cumpre o papel de conectar as teorias clássica e neoclássica ao discurso hegemônico atual, assunto este que motivou este trabalho em primeiro lugar. Através da contribuição de Hayek, acreditamos que é possível retomar o que já foi discutido e revelar alguns motivos pelos quais a apologia ultraliberal do mercado ganhou tanto destaque, mesmo em meio às graves crises mais recentes do capitalismo. Caracterizado por sua inteligibilidade e apelo ideológico declarado, o discurso de Friedrich Hayek provocou forte impacto na disseminação generalizada da tese do mercado enquanto solução ideal para intermediar os impasses e conflitos sociais (GANEM, 2015). Diante disso, torna-se inegável a relevância da análise de suas elaborações para introduzir questões observadas hoje no indivíduo pós-moderno profundamente cooptado pela lógica do mercado.

3.1 O ALCANCE DO DISCURSO DE HAYEK

Inserido no contexto das inquietudes e debates do século XX, o economista austríaco “manteve durante toda a sua vida um compromisso intelectual e político: a crítica ao socialismo como projeto social e a construção teórica do Mercado como uma Ordem Espontânea e como a melhor forma de organização social para as sociedades contemporâneas” (GANEM, 2012, p. 94). Ao final do século, frente à crise do comunismo e do Estado de bem-estar do pós-guerra, as teses de Hayek encontram espaço de divulgação, associando-a ao fenômeno conhecido como o fim da história. Este fenômeno dos idos 90 foi interpretado pelos teóricos neoliberais como a “vitória da globalização e da democracia liberal sob a égide da supremacia do mercado” (GANEM, 2012, p. 100).

Hayek, uma das maiores referências neoliberais, resgatou aspectos da teoria clássica smithiana e das interpretações neoclássicas ao mesmo tempo que desenvolveu sua própria explicação marcada por críticas contundentes aos seus antecessores (GANEM, 2014).

As especificidades da teoria ideológica hayekiana são por parte das heranças intelectuais. Seu o resgate de Smith se dá pelo entendimento que a ordem do mercado é um processo que não construído por ações racionais. Por sua vez, ao passo que Smith propõe a noção do mercado como uma ordem natural, Hayek adapta esta ideia à sua tese do mercado como uma ordem espontânea, alcançada através de um progresso evolutivo de “aprendizagem social em que se entende que, quanto mais a sociedade se torna complexa, mais acertadas e

espontâneas são as regras, regras, essas, que reafirmam o jogo catalítico do mercado” (GANEM, 2015, p. 158). Hayek adota a posição de que Mandeville seria precursor da mão invisível smithiana e, em acordo com a máxima mandevilliana de que vícios privados geram benefícios públicos, o economista austríaco defende que as condições necessárias para esse resultado seriam a liberdade econômica e as regras gerais obtidas através do mencionado processo evolutivo social e espontâneo (GIANETTI, 1993).

Hayek se ampara em sua hipótese de progresso social espontâneo, pois, desta maneira, bem como fez Smith, assume a importância da intersubjetividade e da sociabilidade como condicionantes da ordem social. Em Hayek, porém, esses elementos não estão mais associados à construção da moralidade e subsequente adequação de condutas, mas sim ao processo de experimentação coletiva que possibilita um avanço crescente na capacidade social de resolver problemas (GANEM, 2012). Conforme elabora um progresso que não se dá através da racionalidade humana, Hayek fica livre para desenvolver suas críticas ao racionalismo construtivista e a todas as teorias e análises que, em sua concepção, elaboram a ordem social como resultado de intenções racionais, da razão de grupos ou indivíduos – uma ordem que seria assim artificial, fabricada. É então, na análise histórica marxista e na teoria da ordem neoclássica, que Hayek centraliza suas críticas, sob a leitura de que a razão sobrestimada seria o elemento fundamental às duas correntes.

Hayek identifica a essência do método racional cartesiano baseada na compreensão de que “a ação racional é aquela inteiramente conhecida e demonstrável pela razão e as realizações dos homens são produtos do seu raciocínio” (GANEM, 2012, p. 103), de modo que caracteriza essa concepção como dependente de uma hiper racionalidade que não é factível e parte disso para direcionar sua crítica às composições teóricas que defendem a ordem social enquanto resultado de ações racionais. Como seu alvo principal, a teoria socialista seria o melhor exemplo de um ‘caminho da servidão’, uma vez que, em suas palavras, interpreta como “o caminho traçado pelo plano ou desígnio de uma classe operária, uma razão onipotente que entende a sociedade como uma máquina racional ou uma ordem fabricada e que constrói, pela deliberação de seus sujeitos sociais, um devir socialista” (GANEM, 2015, p. 156). Hayek articula, nesse sentido, a servidão e o totalitarismo como resultantes da pretensão de uma razão capaz de fabricar uma ordem social sem influências históricas, culturais ou de qualquer aspecto humano que não tenha sido racional e intencionalmente articulado (GANEM, 2012).

Não se restringindo ao projeto socialista, a crítica alcança também a teoria neoclássica na sua vã tentativa de demonstrar racionalmente ou matematicamente a superioridade do mercado. Hayek critica o Homem Econômico Racional, em seu ideal irreal de indivíduos dotados de uma racionalidade plena que guiaria todas as suas escolhas, sendo essas, por sua vez, orientadas para obter os resultados maximizadores do bem-estar. Hayek também é contrário, por conseguinte, ao desfecho lógico proposto por esses economistas de que, uma vez agregados, esses indivíduos plenamente racionais e calculistas seriam a condição necessária e suficiente para o surgimento de uma ordem racional de mercado.

O segundo ponto que se torna alvo das críticas hayekianas é o próprio método neoclássico de defesa do mercado, expresso em formalizações extensivas e modelos matemáticos – um método, portanto, enraizado no racionalismo e completamente alheio ao plano das experiências, sendo a TEG walrasiana sua representação mais emblemática.

Por último, mas não menos importante, Hayek se opõe fundamentalmente ao Estado corretor dos neoclássicos em sua função exclusivamente destinada a corrigir possíveis falhas de mercado e desequilíbrios pontuais. Em relação a isso, para além de criticar que essa formulação pressupõe também uma racionalidade onipotente atribuída a esta entidade hipoteticamente capaz de enxergar as falhas e corrigi-las, o economista austríaco se posiciona contrário através da argumentação de que qualquer intervenção sobre o mercado significaria uma obstrução ao seu desenvolvimento espontâneo. Hayek é ainda mais taxativo ao estabelecer um salto lógico e alegar que permitir que este processo espontâneo seja atravessado por intervenções seria equivalente a dar passos em direção ao socialismo (GANEM, 2012).

Ao atribuir ao indivíduo a incumbência metodológica de ser ponto de partida para sua construção teórica, Hayek concebe, por sua vez, um indivíduo ignorante que não consegue compreender racionalmente a totalidade do mundo complexo que habita, mas que, por outro lado, é consciente de suas limitações e, através de processos de experimentação, exerce sua liberdade – conceito primordial para Hayek e que ainda será tratado. Os indivíduos da teoria hayekiana “examinam os fatos e se adaptam, tendo em vista os seus próprios fins” (GANEM, 2015, p. 157), e selecionam as regras de comportamento que melhor se adequem a seus propósitos. Na explicação de Angela Ganem (2012, p. 107), “como apenas uma pequena parte do conhecimento é suscetível de ser verbalizado ou traduzido em regras explícitas, a outra parte aparece por analogia através da experiência da observação”.

É preciso destacar, contudo, que a teoria de Hayek e sua crítica ao determinismo racionalista estabelecem um paradoxo bem pontuado pelo filósofo Luc Ferry (GANEM, 2015), pois, ao mesmo tempo que critica a visão marxista da história como um discurso profético fundamentado por uma razão onipotente, o próprio pensador austríaco se ampara em um racionalismo determinístico, posto que, ao conceber o mercado como fim da história, alcançado através de um desenvolvimento espontâneo, ele pressupõe que o único desenvolvimento possível seria a autorrealização da razão do mercado, mesmo que obtida a partir de uma série de processos irracionais. A contradição hayekiana pode ser sintetizada a partir da exposição de que “o trabalho intelectual que concede orientação aos demais mortais sobre os rumos sociais, duramente criticado por Hayek, é paradoxalmente a exata definição do trabalho que o autor toma para si” (SILVA et al., 2021, p. 91).

Nas palavras de Ganem (2015, p. 158), “Hayek acaba por reeditar o mito da mão invisível como um processo impessoal e inexorável do mercado” e explicita os reais propósitos de suas construções teóricas:

Segundo o ponto de vista de Hayek, o racionalismo construtivista do processo fascista e do processo de criação da ordem social socialista produziu de suas entranhas uma razão totalitária. A identificação do totalitarismo ao socialismo e o abandono da ênfase na questão fascista mostrou que Hayek estava interessado não no debate entre totalitarismo versus democracia, mas no confronto entre a ordem socialista e a ordem social do mercado, ou seja, no confronto em torno de projetos de sociedade. Nesse contexto afirmou que, contra o totalitarismo ou uma ordem racional fruto do plano, só há um antídoto possível: a ordem liberal do mercado. (GANEM, 2012, p. 104)

Restam dois pontos a serem abordados nesta revisão da teoria de Friedrich Hayek. O primeiro é referente à importância do já mencionado resgate da interdisciplinaridade da economia: a cosmovisão que Hayek tem da sociedade certamente é um dos motivos que justificam a proporção alcançada por seu discurso. Ao deixar de lado o emprego de formalizações excessivamente matemáticas, Hayek formulou uma teoria econômica muito mais agradável e acessível. Ao incluir novamente a relevância da sociabilidade na determinação de uma ordem social, Hayek recuperou a possibilidade de complemento das hipóteses econômicas através de outros campos de pesquisa e perspectiva, estabelecendo, portanto, um canal de comunicação mais aberto com pessoas de fora da comunidade científica econômica.

Mas, se por um lado – principalmente se comparado aos seus antecessores neoclássicos –, Hayek proporcionou uma expansão do acesso à compreensão das formulações econômicas e

um reconhecimento dos vínculos com outras ciências humanas, por outro lado, restringiu as possibilidades de debate ao propor uma visão dogmática sob a qual todos os caminhos (desde que espontâneos) chegam à ordem social de mercado (SILVA et al., 2021). A noção de um processo espontâneo alimenta uma ilusão de ordem social apolítica e, nesse sentido, destaca-se o questionamento “sobre o quanto essa autonomia do discurso econômico em relação à política é ela mesma a mais clara expressão de uma decisão política violenta” (SAFATLE, 2021, p. 19-20).

Por fim, o último ponto que não pode ser desconsiderado na leitura de Hayek é a defesa que este autor propaga em conjunto à sua defesa do mercado: a defesa de seu princípio de liberdade, através do qual o autor articula sua teoria do sujeito com suas bases econômicas e sua perspectiva de mercado como destino social. Esse encadeamento se dá através da liberdade de cada indivíduo durante as experimentações que provocam o processo evolutivo social. “Hayek, por um lado, reduz a noção de liberdade a um campo exclusivamente individualista e econômico e, por outro, alça-a à categoria de princípio máximo a ser defendido” (SILVA et al., 2021, p. 83). A liberdade hayekiana nada mais é, portanto, do que uma submissão dos sujeitos e suas escolhas à lógica do mercado. E, por mais que sua concepção evolucionista da sociedade seja um processo coletivo, essa coletividade só é concebida para este autor em termos de agregação de sujeitos individualizados e atomizados, cada um sendo livre para atuar de acordo com seus próprios fins. Em suma,

para Hayek, superar o indivíduo em nome de um horizonte coletivo significaria coibir a liberdade. Nessa perspectiva, a primazia do indivíduo e do Estado mínimo seria uma espécie de antídoto frente às perspectivas coletivistas que tenderiam para sistemas cujo teor seria totalitário. (SILVA et al., 2021, p. 85)

3.2 O INDIVÍDUO PÓS-MODERNO SOB OS IMPERATIVOS DE UMA ECONOMIA REDUZIDA À LÓGICA DO MERCADO

Tendo observado a trajetória da teoria econômica liberal desenvolvida durante o período histórico moderno, agora cabe analisar as consequências da lógica do mercado sobre aquele que foi um dos seus pilares de sustentação teórica: o indivíduo. Para a análise das condições observadas na realidade dos indivíduos hoje, cabe explicitar que estamos pensando o “hoje” como uma síntese da pós-modernidade. Além de adotar a tese de Jameson do pós-modernismo como “lógica cultural do capitalismo avançado” (HARVEY, 2011, p. 65; GANEM, 2014),

utilizaremos a pós-modernidade em seu aspecto de periodização, localizada historicamente a partir da segunda metade do século XX e em pleno vigor no século XXI.

Após resgatar de Baudelaire o conceito de modernidade como tensão entre o efêmero e o eterno, em seu livro *Condição pós-moderna*, David Harvey (2011, p. 49) caracteriza a pós-modernidade por “sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico”. Ao destacar que o pós-modernismo “ênfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele com o pensamento racional” (HARVEY, 2011, p. 49), Harvey nos permite entender a conformidade entre o momento e movimento pós-moderno e as teses de Hayek, em sua perspectiva de um mundo complexo e indivíduos incapazes de compreendê-lo. Além disso, é este o motor da proliferação das múltiplas verdades neste período – simbolizando o nascimento do conceito de pós-verdade – que, através dessa multiplicidade interpretativa, relativiza qualquer significação do mundo.

Harvey (2011) apresenta a pós-modernidade enquanto visão de um mundo fragmentado em constante mudança e que traz, como consequência de sua ininteligibilidade, a impossibilidade de articulações sociais coerentes e, por conseguinte, a perda de qualquer utopia na qual os sujeitos seriam capazes de transformar o mundo. O autor explica:

Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. (HARVEY, 2011, p. 55)

Para além da atomização social e da incompreensibilidade do mundo, a fragmentação pós-moderna substitui a percepção da historicidade por uma percepção do tempo constituído de uma “série de presentes” (JAMESON, 1984b apud HARVEY, 2011, p. 57), e esta, por sua vez, fragmenta a própria autopercepção dos sujeitos, posto que a identidade pessoal é construída em cada um por meio da capacidade de “unificar o passado, o presente e o futuro da nossa própria experiência biográfica ou vida psíquica” (JAMESON, 1984b apud HARVEY, 2011, p. 56). A fragmentação dos sujeitos é colocada assim como mais um agravante para a perda das utopias:

Já não podemos conceber o indivíduo alienado no sentido marxista clássico porque ser alienado pressupõe um sentido de eu coerente, e não fragmentado, do qual se alienar. Somente em termos de um tal sentido centrado de identidade pessoal podem

os indivíduos se dedicar a projetos que se estendam no tempo ou pensar de modo coeso sobre a produção de um futuro significativamente melhor do que o tempo presente e passado. (...) Se, como insistia Marx, o indivíduo alienado é necessário para se buscar o projeto iluminista com uma tenacidade e coerência suficientes para nos trazer algum futuro melhor, a perda do sujeito alienado pareceria impedir a construção consciente de futuros sociais alternativos. (HARVEY, 2011, p.57)

Através da abordagem de Zygmunt Bauman (2008), em seu livro *Vida para consumo*, temos os conceitos de pós-modernidade e fragmentação da temporalidade representados respectivamente como modernidade líquida e tempo pontilhista, Bauman (2008, p. 47) aponta que “no modelo de tempo pontilhista, não há espaço para a ideia de “progresso””, uma vez que é definido por sua descontinuidade. Nesse sentido, é primordial atentar para o fato de que, enquanto o aspecto pós-moderno de descontinuidade generalizada inibe a criação de futuros alternativos, o vazio deixado pela ausência de utopias é ironicamente preenchido pelo mercado: a ordem do mercado enquanto presente constituído torna-se o único vislumbre de futuro possível.

Mais especificamente no que tange as características do indivíduo e sua dinâmica de vida enquanto inserido na ordem do mercado, as exposições de Bauman permitem a exploração de pontos caros a este trabalho. Isso porque, sob a ordem do mercado, o indivíduo pós-moderno está perfeitamente inserido na lógica de uma sociedade de consumidores, conforme apresentada pelo sociólogo. A sociedade de consumidores é constituída por relações humanas que se equivalem ao padrão “das relações entre os consumidores e os objetos de consumo” (BAUMAN, 2008, p. 19) e, nos termos do próprio autor, tal configuração é resultante da “anexação e colonização, pelos mercados de consumo, do espaço que se estende entre os indivíduos – esse espaço em que se estabelecem as ligações que conectam os seres humanos e se erguem as cercas que os separam” (BAUMAN, 2008, p. 19).

Um ponto fundamental na análise de Bauman (2008) é a dupla função exercida pelos sujeitos em uma sociedade de consumidores: os indivíduos, na dinâmica da vida em sociedade e em suas relações com um outro, assumem tanto o papel de consumidores quanto o de mercadorias:

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. A "subjetividade" do "sujeito", e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável. A característica

mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a transformação dos consumidores em mercadorias; ou antes, sua dissolução no mar de mercadorias. (BAUMAN, 2008, p. 20)

Desse modo, nota-se que a liberdade de escolha do que consumir é apenas uma ilusão de autonomia (LASCH, 1983), pois os indivíduos pós-modernos não têm escolha: para existir em uma sociedade de consumidores, é imperativo que consumam e que se apresentem como valiosos para consumo, ou em outras palavras, que se apresentem vendáveis e busquem se valorizar dentro das exigências do mercado. O que parece uma “busca racional de ganhos e acumulação de riquezas” é, na verdade, “uma busca da sobrevivência psíquica” (LASCH, 1983, p. 97) ou, como apresentou Bauman (2008), uma exigência de que os sujeitos se modelem de modo a obter atenção, atrair possíveis fregueses e, assim, formar no mercado uma demanda de si mesmos – a mercadoria em questão. Por sua vez, essa busca por vendabilidade é efetuada por meio do consumo, obtendo no mercado os atributos e predicados que cada sujeito entende como necessários e adequados a tal fim. “O consumo é um investimento em tudo que serve para o "valor social" e a autoestima do indivíduo” (BAUMAN, 2008, p. 76). Essa nova forma de comportamento que transfere para todas as áreas da vida a noção de decisões tomadas em função de uma lógica de investimentos e retornos é o que justifica a conceituação dos sujeitos enquanto “empresários de si mesmos” (DARDOT, LAVAL, 2010 apud SAFATLE, 2021, p. 30-31), fadados, portanto, a sujeitar suas decisões às regras do mercado e a assumir integralmente a responsabilidade pelos resultados que obtiverem.

Bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam, desempenhar suas obrigações sociais e proteger a autoestima - assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso —, consumidores de ambos os sexos, todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão a esses apelos. (BAUMAN, 2008, p. 74)

Referente a este padrão social consumista, o filósofo francês Gilles Lipovetsky (1989) destaca que, em um passado recente, foi possível atribuir ao consumismo o papel de viabilizador da estratificação social em classes, como um demarcador das diferenciações entre grupos por níveis de prestígio, através de objetos classificados por seus valores de signo. Entretanto, o autor aponta que, nas configurações atuais, o consumismo precisa ser visto à luz do consumo de massa e que, portanto, encontra-se em um estágio de dessocialização e está principalmente vinculado a “valores privados de conforto, de prazer, de uso funcional” (LIPOVETSKY, 1989, p. 174). O indivíduo pós-moderno consome promessas de satisfação, age em busca de sua própria realização, do acúmulo de atributos que o tornem uma mercadoria valiosa e que

atendam seus desejos. Nesse sentido, temos um indivíduo pós-moderno essencialmente narcisista, posto que se coloca como início e fim de cada decisão tomada. Entretanto, fadado à busca por autorrealização e pela necessidade de obter no mercado os atributos que desejaria ser reconhecido por possuir, vale ressaltar que o narcisismo está mais associado a um ódio voltado para o próprio indivíduo do que a uma autoadmiração (LASCH, 1983) – é seu estado de permanente insatisfação consigo que possibilita a perpetuação de seu comportamento consumista (BAUMAN, 2008). O olhar do outro passa a ter menos relevância sobre as decisões de consumo, que agora são mais bem explicadas na perspectiva privatista individualista e sua insaciável procura por prazer e conquistas pessoais. O consumismo como se apresenta hoje pressupõe uma constante diferenciação e reprodução dos bens ofertados que seja “compatível com a individualização crescente dos gostos” (LIPOVETSKY, 1989, p. 162), mas também o aumento da individualização dos fins pretendidos através de cada decisão de consumo.

Bauman (2008, p. 43) apresenta a sociedade de consumidores e seu impulso de “desfrute imediato de prazeres” em contraposição à configuração anterior – a sociedade de produtores –, que depositava seu ideal de satisfação na estabilidade, na segurança a longo prazo. Em um contexto dominado pelo efêmero, pela mudança constante e pela descontinuidade, a segurança não é mais uma opção – e a elaboração de perspectivas de longo prazo é ainda menos concebível. O consumismo que caracteriza essa nova configuração da sociedade é sustentado, portanto, não mais pela busca de bens duráveis ou pela resposta a necessidades específicas, e sim pela renovação constante e em alta velocidade dos desejos individuais – postos em um ritmo que traduz sua insaciabilidade e que é perpetuado pela substituição das promessas de satisfação frustradas por novas promessas e expectativas. Ressalta-se ainda que a frustração dos desejos é fundamental à manutenção do consumismo, pois garante que a demanda não irá esgotar-se, como ocorreria caso os desejos fossem plenamente atendidos e o consumidor não tivesse motivo para retornar ao mercado em sua busca por realizações.

O que começa como um esforço para satisfazer uma necessidade deve se transformar em compulsão ou vício. E assim ocorre, desde que o impulso para buscar soluções de problemas e alívio para dores e ansiedades nas lojas, e apenas nelas, continue sendo um aspecto do comportamento não apenas destinado, mas encorajado com avidez, a se condensar num hábito ou estratégia sem alternativa aparente. (BAUMAN, 2008, p. 64)

Bauman resgatou o termo “cultura agorista”, cunhado por Stephen Bertman, para abordar a velocidade dessa nova dinâmica e a condição apressada e imediatista que ela impõe sobre as ações e desejos humanos. Ele destaca que o motivo dessa condição não se atribui tanto

ao “impulso de adquirir e juntar”, mas sim a uma “necessidade de descartar e substituir” (BAUMAN, 2008, p. 50), o que Lipovetsky (1989) apresentou como uma reorganização da economia pelo desuso acelerado. Em um mundo onde tudo é mercadoria – logo, passível de ser descartado ou ao menos trocado–, esse impulso ao descarte e substituição estende-se a todos os âmbitos da vida em sociedade, de modo que, a reação perante qualquer falha, desgaste, decepção ou defeito passa a ser a conversão daquele objeto, até então desejado, em lixo. Nos termos de Bauman (2008, p. 51), “quando os objetos dos desejos de ontem e os antigos investimentos da esperança quebram a promessa e deixam de proporcionar a esperada satisfação instantânea e completa, eles devem ser abandonados”. Esse ponto encadeia de imediato duas observações em aspectos distintos: I) A pressa por satisfação imediata, aliada à falta de perspectiva de um tempo futuro, fundamenta o desrespeito às limitações da natureza e a ausência de uma percepção de urgência adequada à gravidade dos riscos ambientais produzidos por tais comportamentos. Apesar de conhecido, o risco ambiental que a produção excessiva de lixo provoca não parece suficiente para frear esse movimento: em um mundo inseguro, a satisfação imediata se sobrepõe ao risco futuro. II) A configuração da sociedade de consumidores transforma os sujeitos e as relações em objetos de consumo e, como tais, passam a ser também passíveis de descarte e substituição, o que, por sua vez, produz novas formas de se relacionar com os outros.

Sob as teses hayekianas que tanto se adequam aos padrões pós-modernos, as intervenções externas são entendidas como desrespeito às liberdades individuais e tal interpretação não se restringe apenas ao âmbito de intervenções do Estado sobre a vida dos cidadãos: qualquer interação social que esbarre na fronteira individualizada, sendo significada como um risco à preservação das liberdade e autonomia individuais, é rechaçada e motivo de repulsa (SILVA et al., 2021, p. 81). O sujeito pós-moderno, apegado à ilusão de ser independente e autossuficiente, encara as relações intersubjetivas de modo defensivo. Permitir o florescimento de preocupações com um outro e desejar ser também objeto de semelhante afeto significaria um risco à tão valiosa crença de autonomia. Frente a este “perigo aterrador da dependência” (DOWLING, 1991 apud BAUMAN, 2008, p. 67), a resposta adequada ao sujeito pós-moderno narcisista é a de se proteger do sofrimento que a perda de autonomia representaria e, portanto, não investir em amores e amizades (LASCH, 1983; BAUMAN, 2008). A fragmentação generalizada da pós-modernidade se estende aos vínculos humanos e a dominação da lógica comercial sobre a vida íntima dá forma ao paradigma de desconfiança entre os sujeitos (HOCHSCHILD, 2003 apud BAUMAN, 2008). Sobre essa percepção de risco

somada ao propósito individual de busca pela própria realização, Gilles Lipovetsky aponta ainda que, mesmo nos casos em que relações são estabelecidas, observamos “o extraordinário processo de emancipação privada dos indivíduos nas relações”, cuja legitimação é proveniente da cultura hedonista que incentiva “cada um a tornar-se mais senhor e possuidor de sua própria vida, a autodeterminar-se em suas relações com os outros, a viver mais para si próprio” (LIPOVETSKY, 1989, p. 176).

Como aponta Harvey (2011), a perda da temporalidade, transformada em fragmentos efêmeros, provoca a perda de profundidade e é, sob essa condição, que surge mais um aspecto determinante do indivíduo pós-moderno: sua fixação pelo imediato traduzida em uma fixação por imagens. No que tange o processo de construção das subjetividades, o que se observa é, por um lado, o consumo de objetos enquanto simulacros, ou seja, os objetos não são tão desejados pelo que são, mas pelo símbolo que representam e que irão incorporar à identidade de quem o consumir e/ou adquirir (BAUMAN, 2008). Por outro lado, a própria subjetividade torna-se refém valorização de imagens e o sujeito ocupa-se, na construção de sua identidade, em torno de um propósito resumido à aparência. Nesse sentido, o que ocorre é a “dilaceração do psiquismo”, como alerta Ganem ao resgatar de Joel Birman a compreensão deste processo como “uma estetização vazia da existência” (BIRMAN, 2000, 2012 apud GANEM, 2014, p. 10). Como enfatiza Guy Debord (1968), a realização humana foi reduzida, em uma primeira fase, do ser para o ter e, na mesma direção, o que é observado agora é uma transferência do valor de ter para o valor de parecer. A aparência torna-se então a função última da posse e do consumo e artifício que atribui a estes a possibilidade de obtenção de prestígio imediato.

Debord (1968) contribui com a sua definição do espetáculo enquanto relações sociais medidas e intermediadas por imagens e, a partir disso, desenvolve o conceito de sociedade do espetáculo perfeitamente adequado ao padrão pós-moderno. Nas palavras do autor,

A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo, e a expansão gigantesca do espetáculo moderno revela a totalidade dessa perda: a abstração de todo trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo, cujo modo de ser concreto é justamente a abstração. No espetáculo, uma parte do mundo se representa diante do mundo e lhe é superior. O espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação. O que liga os espectadores é apenas uma ligação irreversível com o próprio centro que os mantém isolados. O espetáculo reúne o separado, mas o reúne como separado. (DEBORD, 1968, p. 23)

Por fim, cabe mencionar o esvaziamento da política nesse arranjo social constituído de sujeitos que, tomados por paixões individualistas exacerbadas, tendem à indiferença pelo bem público e a um comportamento generalizado de “cada um por si” (LIPOVETSKY, 1989), alinhado à lógica concorrencial naturalizada e incorporada a todas as áreas da vida em sociedade.

Para muitos autores, a era desse capital globalizado é a do esquecimento da política que se dá pela privatização da vida, o elogio ao individualismo e a dissolução do coletivo. Nada mais perigoso para democracia do que o refúgio dos cidadãos nos seus territórios particulares. A esses sub-cidadãos consumidores só lhes resta se submeterem às leis do mercado. A hegemonia da vida privada regida pelos padrões do individualismo é o advento da moral do interesse privado e, em um plano secundário, o significado do interesse público. Trata-se de um encolhimento do espaço público e do alargamento do privado, uma submissão da política aos procedimentos da sociedade do consumo e do espetáculo, que ditada pela ideologia da competência, reduz a política a uma questão técnica. (GANEM, 2014, p. 8-9)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso ponto de partida foi o do sujeito concebido por Adam Smith, no quadro do nascimento da economia política e de um liberalismo econômico profundamente relacionado à moralidade construída socialmente. Através das noções de simpatia e espectador imparcial, compreende-se a leitura smithiana sobre o processo dos indivíduos no que se refere a suas tomadas de decisão, bem como sobre a definição dos modos moralmente corretos de agir. Em seguida, apresentamos o surgimento da teoria neoclássica enquanto uma apropriação indevida da proposta smithiana e endossamos a crítica referente ao reducionismo neoclássico do objeto de estudo em função do método fundado em uma racionalidade instrumental. Em outros termos, evidencia-se a formalização matemática enquanto possível apenas a partir de um nível elevado de abstração e distanciamento do mundo real. Concluímos então a trajetória histórica da teoria econômica liberal com a defesa ultraliberal do mercado desenvolvida por Hayek e evidenciamos suas contradições.

O trabalho foi formulado a partir das concepções sobre os sujeitos, particulares a cada teoria abordada, e no posterior confronto com as problemáticas reais dos sujeitos pós-modernos. Nesse sentido, este trabalho não ignora a importância de se compreender a vida em sociedade e seus conflitos sob a perspectiva de classes, mas se restringe à abordagem sobre indivíduos a fim de analisar que se, por um lado, o indivíduo é pilar teórico das defesas liberais do mercado, por outro, este mesmo indivíduo é profundamente afetado e vulnerabilizado pelos imperativos desta lógica do mercado que invade cada vez mais áreas de sua vida em sociedade. Buscou-se evidenciar essa discrepância entre, de um lado, teorias que assumem o mercado como *modus operandi* compatível à defesa dos interesses e liberdades individuais e, de outro, os graves impactos observados sobre o indivíduo totalmente inserido nessa lógica. Para além disso, cabe também o fato, destacado no último capítulo deste trabalho, de que o sujeito pós-moderno não se reconhece mais em suas classes sociais ou qualquer outra configuração coletiva: ele teve sua subjetividade cooptada pelo narcisismo e pelas paixões individualistas.

Ao destacar que a matriz teórica da ordem liberal – iniciada no século XVIII com Adam Smith – marca o princípio da economia ocupando o posto de essência das relações sociais e de âmbito no qual se pode compreender a ordem da vida em sociedade, buscamos explorar a economia e a história do pensamento econômico liberal sob a responsabilidade que

compartilham enquanto produtoras do discurso que, ao restringir ao mercado a capacidade de estabelecer a ordem, delimita a lógica sob a qual nos organizamos coletivamente.

Ao defender um debate interdisciplinar para o trato de objetos da economia, pretendemos enfatizar a necessidade de uma ciência econômica que resgate suas raízes históricas no campo da filosofia, a fim de contribuir para a construção de novas possibilidades de futuro. Se a economia é compreendida como campo de construção da ordem social, ela deve permanentemente confrontar a realidade no intuito de identificar os critérios que definem essa ordem. Podemos não estar sob um quadro tipicamente hobbesiano de guerra total, mas, ao observar o impacto da lógica do mercado sobre os sujeitos na pós-modernidade, deveria ser no mínimo desconfortável se resignar à aceitação de que a configuração da realidade pós-moderna é o mais próximo que se pode chegar de um ideal de ordem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BIANCHI, Ana Maria. **A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- BIANCHI, Ana Maria; SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos . Adam Smith, filósofo e economista. **Revista Cadernos IHUideias**, V. 3, n. 35, 2005.
- CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. Sobre a filosofia moral de Adam Smith. **Síntese – Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 35, n. 111, p. 57-86, 2008.
- DEANE, Phyllis. The marginal revolution and the neo-classical triumph. In: DEANE, Phyllis. **The evolution of economic ideas**. New York: Cambridge University Press, 1978. cap. 7, p. 93-114.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1968.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. **A psicologia do agente econômico em David Hume e Adam Smith**. Clássicos do pensamento político. São Paulo: EDUSP, 1998. Acesso em: 19 jun. 2022.
- FRANCO, Fábio *et al.* O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 47-75.
- GANEM, Angela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19623>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- _____. A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo. **Revista Cadernos IHUideias**, V.17, No 282, 2019.
- _____. Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 105-122, 1996. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/1205>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- _____. Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Nobel Editora, v. 22, n. 4 (88), p. 104-118, out./dez. 2002.
- _____. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. **Política & Sociedade**. Florianópolis, V. 11, No 22, 93-117, novembro de 2012. Link: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2012v11n22p93>. Acessado em: 10 de julho de 2022

_____. Lógica do mercado e lógica cultural no capitalismo atual. In: VIII CONGRESSO DO HCCTE, 2014, Rio de Janeiro.

_____. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 143–164, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642297>. Acesso em: 18 jun. 2022.

_____. Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva. **Literatura econômica: revista quadrimestral do IPEA**, Rio de Janeiro, V. 11, n. 2, p. 267-279, 1989.

GIANETTI, Eduardo. "Vícios privados, benefícios públicos". In: _____. **Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. cap. 4, p. 129-149.

HARVEY, David. Pós-modernismo. In: _____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2011. cap. 3, p. 45-67.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARCONDES, Danilo. A filosofia política do liberalismo e a tradição iluminista. In: _____. **Iniciação à História da Filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a. Parte III, Cap. 5, p. 196-206.

MARCONDES, Danilo. As origens do pensamento moderno e a ideia de modernidade. In: _____. **Iniciação à História da Filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997b. Parte III, Cap. 1, p. 139-158.

POSSAS, Mario. A cheia do “mainstream”: comentário sobre os rumos da ciência econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, n.1, p.13-37, jan.-jun. 1997.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-46.

SILVA, Daniel Pereira da *et al.* Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 77-122.

SMITH, Adam. (1776) **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. v. 1.

_____. (1759) **Teoria dos sentimentos morais**. 2. ed. rev. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2015.